

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
Departamento de Economia

**CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE
TRABALHO E SEUS EFEITOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

LUIZ GUILHERME DÁCAR DA SILVA SCORZAFAVE

Orientador: Prof. Dr. Naércio Aquino Menezes Filho

São Paulo

2004

Reitor da Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Adolpho José Melphi

Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury

Chefe do Departamento de Economia
Profa. Dra. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
Departamento de Economia

**CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE
TRABALHO E SEUS EFEITOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

LUIZ GUILHERME DÁCAR DA SILVA SCORZAFAVE

Tese apresentada ao Instituto de
Pesquisas Econômicas da Faculdade de
Ciências Econômicas para a obtenção
do Título de Doutor em Teoria
Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Naércio Aquino Menezes Filho

São Paulo
2004

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Publicações e Divulgação do SBD/FEA/USP

Scorzafave, Luiz Guilherme Dácar da Silva

Caracterização da inserção feminina no mercado de trabalho e seus efeitos sobre a distribuição de renda / Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave. -- São Paulo : FEA/ USP, 2004.

87 f.

Doutorado (Tese) – Universidade de São Paulo, 2004
Bibliografia.

1. Trabalho feminino 2. Mercado de trabalho 3. Distribuição de renda I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 331.4

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com diversas colaborações, sem as quais esta tarefa não teria sido concretizada.

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de poder estudar e por todos os dons que me deu.

A minha esposa Cristina, por todo amor, incentivo e compreensão dedicados durante a realização deste trabalho. Sua fé, perseverança e alegria sempre serviram de exemplo para mim.

A meus pais, Regina e Franklin, que nunca pouparam esforços, amor, paciência e dedicação para garantir todas as condições necessárias para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Naércio Aquino Menezes Filho, que sempre se mostrou disposto a colaborar, inclusive com auxílio financeiro próprio, em todas as etapas da tese.

Aos Professores Reynaldo Fernandes e André Portela pelas valiosas críticas e sugestões apresentadas no exame de qualificação.

A Phillippe Leite pelo fornecimento de rotinas de Stata. A Elaine Pazzello pela importante ajuda e atenção dispensada na parte final da tese.

Aos colegas de departamento Marcos Roberto Vasconcelos e José Ricardo Fucidji que acompanharam dia a dia a realização deste trabalho, contribuindo com diversas sugestões.

Aos colegas de doutorado Fernando Postali, Carlos Eduardo Gonçalves e Fábio Barbieri que contribuíram de diversas formas para viabilizar a realização de parte do trabalho tão distante de São Paulo.

A minha irmã Bia pela amizade e pela ajuda na verificação gramatical da tese.

SUMÁRIO

Introdução	1
1 – Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição	4
2 – Evolução da desigualdade entre as mulheres casadas de acordo com o salário dos maridos	18
2.1 – Introdução	18
2.2 – Comportamento das mulheres casadas de acordo com o salário dos maridos	19
2.2.1 – Anos de estudo	22
2.2.2 – Número de filhos	23
2.2.3 – Carteira assinada	25
2.2.4 – Posição na ocupação	26
2.2.5 - Grupo de ocupação	29
2.2.6 – Taxa de participação na força de trabalho (TPFT)	33
2.2.7 – Taxa de desemprego	36
2.2.8 – Horas trabalhadas por semana	38
2.2.9 – Salário real horário	40
2.2.10 – Renda mensal de todos os trabalhos	42
3 – Impacto das mulheres na evolução da distribuição de renda brasileira	45
3.1 – Introdução	45
3.2 – Evidências preliminares	46
3.3 – Revisão da literatura e metodologia	47
3.3.1 – Breve revisão da literatura	47
3.3.2 - Metodologia	50
3.3.3 – Medidas de renda	53
3.4 – Dados e resultados	53
3.4.1 – Análise descritiva dos dados	54
3.4.2 – Resultado da simulação	61
Considerações Finais	70
Referências Bibliográficas	74
Anexo	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1	23
Gráfico 2.2	24
Gráfico 2.3	25
Gráfico 2.4	27
Gráfico 2.5	30
Gráfico 2.6	34
Gráfico 2.7	35
Gráfico 2.8	37
Gráfico 2.9	37
Gráfico 2.10	39
Gráfico 2.11	39
Gráfico 2.12	41
Gráfico 2.13	41
Gráfico 2.14	42
Gráfico 2.15	43
Gráfico 2.16	44
Gráfico 3.1	55
Gráfico 3.2	57
Gráfico 3.3	58
Gráfico 3.4	59
Gráfico 3.5	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	8
Tabela 1.2	9
Tabela 1.3	11
Tabela 1.4	12
Tabela 1.5	14
Tabela 1.6	15
Tabela 1.7	16
Tabela 2.1	21
Tabela 2.2	22
Tabela 2.3	28
Tabela 2.4	32
Tabela 3.1	47
Tabela 3.2	54
Tabela 3.3	56
Tabela 3.4	58
Tabela 3.5	60
Tabela 3.6	61
Tabela 3.7	62
Tabela 3.8	64
Tabela 3.9	65
Tabela 3.10	66

RESUMO

Este trabalho tem três objetivos principais. Em primeiro lugar, caracterizar o processo de inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro entre 1982 e 1997, procurando identificar o que explica o crescimento da atividade feminina: a mudança de tamanho dos grupos socioeconômicos ou a incidência da participação em cada grupo. Os resultados indicam que a maior incidência da participação dentro dos grupos é responsável por praticamente todo crescimento da taxa de participação na força de trabalho (TPFT) no período. Em segundo lugar, o trabalho descreve a evolução de uma série de variáveis (TPFT, desemprego, educação, salário, etc.) das mulheres casadas de acordo com a posição dos maridos na distribuição de salários masculina. Entre os principais resultados, destacamos: a relação negativa entre salário do marido e probabilidade (controlada) da mulher entrar no mercado de trabalho e o forte crescimento do desemprego observado entre todas as mulheres casadas. Por fim, avaliamos o efeito do aumento da participação feminina sobre a evolução da desigualdade de renda brasileira. Quando o conceito de renda utilizado é a decorrente de todos os trabalhos as mulheres contribuem para redução da desigualdade. No entanto, ao considerarmos a renda familiar per capita, o resultado se inverte.

ABSTRACT

This work has three main objectives. First, it seeks to characterize the process of female participation in the Brazilian labor market between 1982 and 1997, trying to identify what explains the growth of the female activity: the change of the size of the socioeconomic groups or the incidence of participation within groups. The results indicate that the biggest incidence of participation within groups answers for roughly all increase of the TPFT in the period. Secondly, the work describes the evolution of some variables (TPFT, unemployment, education, wage, etc.) for the married women according to the husband's wage. Among the main results, we emphasize: the negative relationship between the husband's wage and the labor force participation rate and the strong growth of unemployment for all married women. Finally, we evaluate the effect of an increase of female participation on Brazilian income inequality evolution. When we use the "labor income" concept of income, we conclude that women have contributed to reduction of inequality. However, when we take per capita familiar income, the results are opposite.

Introdução

O estudo das questões relacionadas às mulheres tem ganhado considerável espaço na literatura econômica e de outras ciências sociais. Este crescente interesse pelo tema está ligado a uma diversidade de fatores, muitos deles além do campo econômico, como a mudança de hábitos culturais nas sociedades ocidentais ocorrida a partir de meados do século XX, com uma maior abertura para as mulheres questionarem papéis que eram-lhes impostos pelos padrões socioculturais vigentes até então. Talvez a mudança cultural mais marcante tenha sido o questionamento do papel social da mulher como esposa e dona de casa, tendo como tarefas exclusivas o cuidado com a casa, filhos e marido. A partir do momento em que este papel começa a ser colocado em xeque, abriu-se um horizonte mais amplo de oportunidades para as mulheres, oportunidades estas que passaram a abarcar o trabalho remunerado via mercado¹.

Ao longo dos anos 50 e 60, este processo de mudança de mentalidade se aprofundou e se disseminou para outros países menos desenvolvidos, embora não com a mesma velocidade para todas as sociedades. Ramos e Soares (1995) apontam que enquanto nos países socialistas o trabalho feminino era “socialmente aceito”, em países árabes, os aspectos culturais continuavam a restringir um maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Deste modo, apesar de possivelmente as motivações iniciais do maior engajamento da mulher no mercado de trabalho não pertencerem ao escopo tradicional de estudo da economia, com certeza os passos seguintes deste processo, incluindo suas conseqüências – desde seus reflexos iniciais até os efeitos mais duradouros – foram incorporados pela ciência econômica.

Diante do forte crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho²

¹ Na realidade, Blau, Ferber e Winkler (2002) mostram que em diferentes épocas e sociedades, a mulher teve diferentes graus de comprometimento com o trabalho não-doméstico.

² Para uma série de países europeus, ver Callan et al. (1998).

em várias sociedades, diversos autores passaram a estudar o fenômeno, suas causas e conseqüências de modo mais sistemático. Dentre os diversos temas passíveis de estudo, destacamos o papel de mudanças na condição da mulher e sua relação com a família e os demais participantes do mercado de trabalho. Por exemplo, no que diz respeito à relação entre o engajamento da mulher no mercado e a renda domiciliar, podemos destacar alguns trabalhos. Ramos e Soares (1995) investigam se as mulheres contribuem para redução da pobreza na unidade domiciliar através de um engajamento mais ativo no mercado de trabalho. Eles concluem que mulheres de domicílios com baixa renda *per capita* têm as menores taxas de participação. Com base nesta constatação, defendem a adoção de políticas voltadas ao incentivo da entrada das mulheres pobres no mercado, como a ampliação do acesso a creches. Leone (1999) chega a resultado semelhante, utilizando dados da Região Metropolitana de São Paulo.

Por outro lado, Sedlacek e Santos (1991) apontam para uma relação em forma de U entre a renda dos maridos e a participação das esposas. Por fim, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) estimam uma relação negativa entre a taxa de participação feminina e a renda familiar *per capita*, líquida da renda da mulher, através de um modelo Probit. Ou seja, as mulheres de domicílios pobres participariam mais que as demais, após outras características observáveis terem sido controladas. Neste sentido, talvez uma política que buscasse melhorar os atributos que levam a um maior engajamento (maior escolaridade, por exemplo) poderia ser mais eficaz para reduzir a pobreza.

Mudanças demográficas também ocorreram paralelamente ao aumento da atividade feminina. Nos países em desenvolvimento, a migração da população do campo para as cidades alterou o perfil do mercado de trabalho e, obviamente, as características da inserção feminina no mesmo. A drástica redução da fertilidade das mulheres também está relacionada com o aumento da participação feminina. Neste sentido, Pazzello (2003) estima qual o efeito da presença de filhos na probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho e encontra impacto negativo da maternidade sobre a participação da mulher.

De qualquer modo, a discussão que acabamos de fazer serve para ilustrar como a

entrada da mulher no mercado de trabalho levanta questões importantes. Por isso, a continuidade de estudos sobre o tema é extremamente necessária para que possamos formular políticas públicas – se for o caso – que garantam uma melhoria do bem-estar social frente ao aumento da participação feminina. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é, de modo geral, estudar mais detalhadamente o processo de inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e seus efeitos.

De maneira mais específica, são três os nossos objetivos: i) caracterizar quem são as mulheres que vêm ganhando espaço no mercado de trabalho brasileiro nos últimos vinte anos; ii) relacionar diversas variáveis das mulheres (escolaridade, taxa de participação, taxa de desemprego, salário, etc.) com a posição dos respectivos maridos na distribuição de renda masculina, de forma a obtermos um retrato detalhado da evolução da participação feminina sob um recorte inédito para o caso brasileiro; iii) estimar o efeito do crescimento da participação feminina sobre a evolução da distribuição de renda brasileira.

A tese está dividida em 3 capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, iremos propor uma análise de decomposição da participação feminina que nos permite saber quem são as mulheres que mais contribuíram para o aumento da participação entre 1982 e 1997. O capítulo seguinte discute diversos indicadores das mulheres casadas, calculados de acordo com a renda dos maridos. Além da mera descrição, para algumas variáveis são realizados controles para que possamos captar mais fielmente a relação entre renda do marido e cada indicador. Por sua vez, o capítulo 3 trata de um tema que pouco tem sido estudado no caso brasileiro: a relação entre o aumento da participação feminina e a desigualdade de renda. Apesar desta última ter permanecido praticamente constante durante os últimos vinte anos (Barros, Henriques e Mendonça, 2000) o forte crescimento da atividade feminina deve ter gerado algum efeito na distribuição da renda. Assim, vamos estudar com mais cuidado esta relação para sabermos se as mulheres contribuíram para melhorar ou piorar a distribuição de renda no Brasil.

1 – Caracterização da Participação Feminina no Mercado de Trabalho: uma Análise de Decomposição

Na segunda metade do século XX, diversos países experimentaram um significativo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Killingsworth e Heckman (1986) apontam que a taxa de participação feminina na força de trabalho (TPFT) nos Estados Unidos passou de 60% para 71% entre 1980 e 1995. No Canadá, entre 1970 e 1980, a TPFT passou de 40% para 52%. Este processo também vem ocorrendo no Brasil. Scorzafave e Menezes-Filho (2001) mostraram que a TPFT feminina passou de 41% para 54%, entre 1982 e 1997, ou seja, um crescimento de cerca de 13 pontos percentuais. Os mesmos autores descreveram a evolução da taxa de participação desagregada por diversos indicadores como região de residência, escolaridade, idade, entre outros.

A rapidez deste processo de inserção feminina no mercado de trabalho requer um olhar mais atento sobre este grupo. Assim, de modo geral, o objetivo deste capítulo é conhecer mais detalhadamente as características das mulheres que participam do mercado de trabalho, incorporando novos aspectos ainda não abordados no caso brasileiro. Adicionalmente, para levar em conta o crescimento da participação ao longo do tempo, realizaremos esta análise em períodos distintos de tempo, a fim de construir um quadro mais nítido de como o perfil da mulher no mercado de trabalho vem se alterando.

Alguns trabalhos já procuraram caracterizar a atividade feminina no caso brasileiro. Por exemplo, Wajnman, Queiroz e Liberato (1998) mostram o crescimento da atividade feminina e tentam caracterizar de que modo se deu essa inserção nos anos noventa no Brasil. Concluem que o maior crescimento se deu para as mulheres trabalhando por conta própria no comércio de mercadorias (comércio ambulante de cosméticos e alimentos), domésticas na prestação de serviços, funcionárias públicas das atividades sociais (professoras, médicas, enfermeiras, serventes, faxineiras e cozinheiras) e na administração pública (ajudante, auxiliar administrativa, administradoras). Além disso, ressaltam que a

categoria das contas-própria no comércio de mercadorias foi responsável por absorver mulheres inativas e desempregadas. Assim, de modo geral, o setor de comércio/serviços parece ter sido o maior responsável pela geração de empregos.

Bruschini e Lombardi (1996) descrevem a ocupação feminina sob diversos aspectos, analisando inclusive a distribuição das mulheres trabalhadoras segundo faixas de rendimento e horas de trabalho semanais, além de realizar desagregações por setores de atividade e grupos de ocupação. Entre os principais resultados, elas identificam no crescimento do setor terciário uma gama maior de possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho (comércio, serviços, bancos), compensando os efeitos negativos gerados pela crise dos anos 80. Esse crescimento ocorreu tanto junto ao setor informal da economia (comércio ambulante, representantes de venda), quanto no setor formal, em atividades ligadas ao setor público.

Este capítulo procura abordar outros aspectos da discussão. Assim, iremos nos concentrar na Taxa de Participação na Força de Trabalho e, ao contrário dos textos citados, vamos nos preocupar menos com o destino das mulheres que decidiram entrar no mercado de trabalho e mais com os subgrupos que têm contribuído para o aumento da participação feminina. Com isso, aprofundamos a análise realizada anteriormente por Scorzafave e Menezes-Filho (2000). Para tanto, dividiremos as mulheres em diversas categorias e iremos comparar a evolução do tamanho de cada uma das categorias e a evolução da TPFT das mesmas em dois anos distintos, 1982 e 1997. Assim, poderemos saber o quanto da evolução do tamanho dos grupos e da participação dentro dos grupos pode explicar a variação da TPFT neste intervalo de tempo.

Nossa base de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a amostra é constituída por mulheres entre 25 e 64 anos nos anos de 1982 e 1997. Seguindo a mesma definição de Scorzafave (2001), o conceito de TPFT que utilizamos incorpora tanto empregados como desempregados como proporção da população total. Também cabe destacar que a PNAD sofreu mudança de metodologia a partir de 1992, redefinindo os conceitos de atividade econômica. Assim, realizamos os ajustes necessários na PNAD de

1997 para reconstituir o conceito de participação usado até a PNAD de 1990.

Mais especificamente, consideramos como não ocupados, mas economicamente ativos:

- a) os trabalhadores na produção para o próprio consumo que tinham tomado providência para conseguir trabalho na semana de 21 a 27/09/97;
- b) os trabalhadores na construção para uso próprio que tinham tomado providência para conseguir trabalho na semana de 21 a 27/09/97;
- c) os trabalhadores não remunerados (no trabalho principal) que tinham tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de 21 a 27/09/97, apesar de serem classificados como não ocupados pela PNAD de 1997 (por trabalharem entre 1 e 14 horas semanais).

Por outro lado, consideramos como ocupados:

- a) os trabalhadores não remunerados (no trabalho principal) que trabalhavam mais de 14 horas por semana;
- b) os trabalhadores não remunerados (no trabalho principal) que apesar de trabalharem entre 1 e 14 horas semanais, tinham mais de um emprego e a renda deste emprego secundário era positiva;
- c) os trabalhadores não remunerados (no trabalho principal) que trabalhavam entre 1 a 14 horas no trabalho principal e tinham outro emprego em que trabalhavam mais do que 15 horas por semana ³.

Feitas estas considerações metodológicas, voltemos a nossa discussão. Como já dissemos, queremos saber como os diferentes grupos socioeconômicos de mulheres vêm contribuindo para a evolução da TPFT feminina entre 1982 e 1997. Para tanto, seguindo metodologia semelhante adotada em Portela e Fernandes (2003), podemos realizar uma análise de decomposição da variação da TPFT feminina em dois componentes. (a) qual a

³ Para maiores detalhes, ver Guerra (1997).

parcela da variação da TPFT que se deve a mudança no tamanho de cada grupo socioeconômico?; (b) qual a parcela da mudança da TPFT que se deve a alteração da TPFT dentro de cada grupo socioeconômico? Para exemplificar, tomemos o caso de separação das mulheres em dois subgrupos: residentes em áreas urbanas e rurais. Inicialmente, vamos verificar a TPFT das mulheres de cada subgrupo em 1982 e 1997 ($TPFT_U^{82}$, $TPFT_R^{82}$, $TPFT_U^{97}$, $TPFT_R^{97}$), bem como o tamanho relativo de cada subgrupo relativamente ao total de mulheres (POP_U^{82} , POP_R^{82} , POP_U^{97} , POP_R^{97}).

$TPFT_U^{82}$ é a TPFT entre as mulheres residentes em áreas urbanas em 1982; POP_U^{82} é a proporção de mulheres em áreas urbanas em relação ao total de mulheres em 1982. Analogamente, definimos $TPFT_R^{82}$ e POP_R^{82} para as áreas rurais, bem como os mesmos conceitos para 1997. Deste modo, podemos escrever:

$$TPFT^{82} = TPFT_U^{82} * POP_U^{82} + TPFT_R^{82} * POP_R^{82}$$

$$TPFT^{97} = TPFT_U^{97} * POP_U^{97} + TPFT_R^{97} * POP_R^{97}$$

A variação da TPFT entre 1982 e 1997 pode ser definida como:

$$\begin{aligned} \Delta TPFT &= TPFT^{97} - TPFT^{82} = \\ &= \sum_i (TPFT_i^{97} - TPFT_i^{82}) * POP_i^{82} + \sum_i (POP_i^{97} - POP_i^{82}) * TPFT_i^{97} \\ &= \text{Efeito Incidência} + \text{Efeito Tamanho} \\ &= \text{E.I.} + \text{E.T.} \end{aligned}$$

onde $i = U, R$.

O primeiro termo da equação acima indica qual teria sido a mudança na TPFT para o conjunto das mulheres entre 1982 e 1997, se a única alteração ocorrida no período fosse a incidência da TPFT dentro de cada grupo (urbano e rural), assumindo que a distribuição das mulheres entre áreas urbanas e rurais não tivesse se alterado. O segundo termo avalia a parcela da mudança da TPFT decorrente da alteração no tamanho relativo dos grupos entre 1982 e 1997, avaliada às taxas de 1997.

Na Tabela 1.1, mostramos os resultados da separação das mulheres de acordo com dois critérios: residentes em áreas rurais e urbanas e residentes ou não em regiões metropolitanas. A primeira e a terceira coluna da tabela apontam a proporção de mulheres em cada grupo; a segunda e a quarta indicam a TPFT de cada grupo nos dois anos. A quinta e sexta coluna mostram o efeito tamanho e o efeito incidência, respectivamente. A sétima e a oitava coluna indicam os mesmos efeitos como proporção da variação da TPFT das mulheres como um todo no período⁴. A última coluna apresenta a soma da sétima e da oitava coluna e fornece a contribuição de cada grupo para a evolução da TPFT no período.

Tabela 1.1 – TPFT e tamanho dos grupos por região de residência – 1982 – 1997

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
Urbana	75,8	0,424	83,1	0,552	0,040	0,097	30,4	73,2	103,6
Rural	24,2	0,360	16,9	0,487	-0,036	0,031	-26,8	23,2	-3,6
Total	100		100		0,005	0,128	3,6	96,4	100
Metropolitana	35,6	0,446	34,0	0,566	-0,009	0,043	-6,8	32,3	25,5
Não Metropolitana	64,4	0,388	66,0	0,528	0,008	0,090	6,3	68,2	74,5
Total	100		100		-0,001	0,133	-0,5	100,5	100,0

Primeiramente, percebemos um aumento significativo na proporção de mulheres residentes em regiões urbanas. Com relação à TPFT, ela é maior nas áreas urbanas do que nas rurais nos dois períodos. Notamos, adicionalmente, que o crescimento absoluto da TPFT foi praticamente o mesmo nos dois grupos (12,8 pontos percentuais). Por outro lado, a continuidade do processo de urbanização elevou a proporção de mulheres nas regiões urbanas. Desta forma, a maior parte da variação da TPFT no período (96,4%) pode ser atribuída ao efeito incidência. Além disso, a evolução da TPFT relativa às áreas urbanas correspondeu a 103,6% da evolução da TPFT observada para todas as mulheres.

⁴ As discrepâncias entre os valores de TPFT⁹⁷ – TPFT⁸² devem-se ao arredondamento dos valores de TPFT e % Pop.

Em relação às áreas metropolitanas, há uma estabilidade na proporção de mulheres, o que faz com que uma parcela muito pequena da variação da TPFT esteja relacionada ao efeito tamanho. Por outro lado, a maior proporção de mulheres em áreas não metropolitanas associada ao crescimento da TPFT deste grupo faz com que este grupo responda por 68,2% da variação da TPFT no período. Agregando os dois efeitos, percebemos que a evolução dos tamanhos relativos dos grupos e da incidência da TPFT em cada grupo faz com que as áreas não metropolitanas contribuam com 74,5% do diferencial de TPFT no período.

Em seguida, desagregamos os dados de acordo com a estrutura da família. Ou seja, verificamos o que ocorreu com a composição do grupo das mulheres chefes, cônjuges e em outras posições na família, bem como o que ocorreu com a TPFT em cada um destes subgrupos. Por fim, calculamos a parcela do aumento da TPFT atribuível aos efeitos tamanho e incidência, bem como qual dos grupos responde pela maior parte da evolução da TPFT no período.

Tabela 1.2 – TPFT e tamanho dos grupos por posição na família – 1982 – 1997

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
Chefe	14,5	0,601	21,1	0,651	0,043	0,007	32,2	5,4	37,6
Cônjuge	73,1	0,333	67,5	0,483	-0,027	0,110	-20,2	82,1	61,9
Filha	7,1	0,695	7,6	0,727	0,004	0,002	2,7	1,7	4,4
Outro Parente	3,9	0,407	3,0	0,503	-0,005	0,004	-3,4	2,8	-0,6
Agregada	0,3	0,530	0,3	0,664	0,000	0,000	0,0	0,3	0,3
Pensionista	0,2	0,900	0,1	0,947	-0,001	0,000	-0,7	0,1	-0,6
Empr. Doméstica	0,9	1,000	0,5	1,000	-0,004	0,000	-3,0	0,0	-3,0
Total	100		100		0,010	0,123	7,6	92,4	100,0

Na Tabela 1.2, percebemos que o grupo que mais cresceu foi o das chefes de família e o que mais diminuiu foi o das mulheres cônjuges. Apesar disso, a proporção de mulheres cônjuges continuou muito elevada em relação ao total de mulheres. Os outros grupos, exceto o das empregadas domésticas, não tiveram alterações significativas no seu tamanho

relativo. No caso da TPFT, os maiores aumentos ficaram concentrados nas cônjuges e agregadas e os menores entre filhas e chefes. De modo geral, percebemos que o efeito incidência é responsável por mais de 90% da variação da TPFT no período; ou seja, a alteração no tamanho relativo dos grupos responde apenas por reduzida parcela do diferencial de TPFT entre os anos. Por outro lado, a ainda alta proporção de mulheres cônjuges em 1997 e o forte crescimento da TPFT entre as mesmas faz com que respondam por cerca de 62% do aumento da TPFT no período. Já o crescimento das proporção das chefes responde pela maior parte dos 37,6 % de aumento de TPFT atribuível a este grupo.

Dos grupos que perderam participação relativa, vale destacar o caso das empregadas domésticas, com uma redução drástica, dada o seu pequeno tamanho já em 1982. Note que este resultado não é necessariamente diferente do apontado por Wajnman, Queiroz e Liberato (1998) de aumento da atividade feminina na prestação de serviços domésticos. No nosso caso, estamos captando apenas aquelas empregadas domésticas que residem no serviço⁵. Portanto, os dois fenômenos podem ser complementares. Isto é, mulheres que eram empregadas domésticas e que residiam no serviço deixam de fazê-lo ou passam a trabalhar como diaristas, juntamente com mulheres que antes não participavam do mercado de trabalho. A justificativa para esta hipótese está na perda de poder aquisitivo das famílias durante os anos 80 e 90, fazendo com que deixassem de contratar empregadas domésticas que residissem no serviço.

⁵ Exatamente por isso, a TPFT das mesmas é igual a 1, pois por definição, todas participam do mercado de trabalho.

**Tabela 1.3 – TPFT e tamanho dos grupos por número de filhos – Chefes e Cônjuges
1982 – 1997**

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
0	13,9	0,446	15,8	0,531	0,010	0,012	6,9	8,1	15,0
1	18,4	0,403	25,4	0,538	0,038	0,025	25,9	17,1	43,0
2	21,8	0,372	29,6	0,526	0,041	0,034	28,2	23,1	51,3
3	16,7	0,358	16,6	0,511	-0,001	0,026	-0,3	17,5	17,2
4	10,8	0,353	6,7	0,507	-0,021	0,017	-14,3	11,4	-2,9
5 ou mais	18,2	0,339	5,8	0,473	-0,059	0,024	-40,3	16,7	-23,6
Total	100		100		0,009	0,137	6,1	93,9	100,0

A seguir, investigamos o número de filhos presentes no domicílio entre as mulheres, fossem elas chefes ou cônjuges. A Tabela 1.3 ilustra os resultados. A grande mudança no período foi a redução da proporção de mulheres com quatro ou mais filhos no domicílio (passaram de 28% para 12%) e o crescimento na fração de mulheres com um ou dois filhos residentes no mesmo domicílio (de 40% para 54%). No tocante à participação, percebemos que quanto maior o número de filhos, menos as mulheres participam do mercado de trabalho, tanto em 1982 quanto em 1997. Vale notar, entretanto, que as mulheres com muitos filhos tiveram aumento da TPFT da mesma ordem que as demais. Da mesma forma que para a análise por posição na família, no caso da divisão das mulheres por número de filhos, o efeito incidência responde por mais de 90% da variação total da TPFT, sendo que a maior contribuição para o efeito incidência veio das mulheres com 2 filhos. Por outro lado, a queda drástica do número de mulheres com 5 ou mais filhos mais do que compensa o aumento da TPFT deste grupo, fazendo com que seja o grupo que mais perde representatividade entre as mulheres participantes do mercado de trabalho. É importante destacar que a evolução da TPFT neste caso foi de 14,6 pontos percentuais, pois estamos considerando nesta tabela apenas a TPFT conjunta de chefes e cônjuges.

Entretanto, os resultados da Tabela 1.3 tratam conjuntamente mulheres chefes e cônjuges. Isto pode mascarar algumas tendências diferenciadas destes dois grupos. Por exemplo, esperamos que as chefes sem filhos participem mais do que as cônjuges sem

filhos. Desta forma, a Tabela 1.4 ilustra os resultados desagregados entre mulheres chefes e cônjuges.

Tabela 1.4 – TPFT e tamanho dos grupos por número de filhos - 1982 – 1997

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
Chefes									
0	24,7	0,631	22,2	0,623	-0,016	-0,002	-30,6	-3,9	-34,5
1	27,0	0,578	34,2	0,647	0,047	0,019	91,7	36,7	128,4
2	18,6	0,602	23,2	0,673	0,031	0,013	60,9	26,0	86,9
3	11,9	0,59	12,0	0,666	0,001	0,009	1,2	17,8	19,0
4	8,1	0,633	4,8	0,698	-0,023	0,005	-45,3	10,3	-35,0
5 ou mais	9,6	0,572	3,6	0,610	-0,037	0,004	-72,0	7,2	-64,8
Total	100		100		0,003	0,048	5,9	94,1	100,0
Cônjuges									
0	11,8	0,369	13,8	0,486	0,010	0,014	6,5	9,2	15,7
1	16,7	0,347	22,6	0,487	0,029	0,023	19,1	15,6	34,7
2	22,5	0,335	31,7	0,492	0,045	0,035	30,1	23,5	53,6
3	17,7	0,327	18,1	0,479	0,002	0,027	1,3	17,9	19,2
4	11,4	0,314	7,3	0,468	-0,019	0,018	-12,8	11,7	-1,1
5 ou mais	19,9	0,316	6,6	0,450	-0,060	0,027	-39,8	17,7	-22,1
Total	100		100		0,007	0,144	4,4	95,6	100,0

Desagregando os dados, percebemos que mais de 50% das chefes tem até um filho em 1982 e 1997. Entretanto, em 1997 cai a fração de chefes sem filhos e a de chefes com 4 ou mais filhos. Por outro lado, cresce o número de chefes com 1 e 2 filhos. Esse processo parece estar ligado com a entrada das novas gerações na nossa amostra. No caso das chefes com 1 filho, cerca de 31% possuíam mais de 55 anos em 1982 e 25% tinham entre 25 e 35 anos. Em 1997, estes números eram, respectivamente, 25% e 28%. No caso das cônjuges é, novamente, o grupo das mulheres com 1 ou 2 filhos que apresenta maior crescimento. Vale notar a impressionante redução na proporção de mulheres com 5 ou mais filhos (queda de 20% para 6% entre 1982 e 1997).

No que diz respeito a TPFT, notamos a discrepância dos valores entre chefes e

cônjuges para todos os números de filhos. No caso das cônjuges, parece haver uma relação inversa entre o número de filhos e a TPFT, principalmente em 1982. Tal relação não fica evidente para as chefes. Ao contrário, em 1997, parece haver uma relação direta, exceto entre as chefes com 5 ou mais filhos. Quando comparamos a evolução da TPFT percebemos que a variação absoluta foi relativamente homogênea entre as cônjuges, enquanto que, no caso das chefes, o maior crescimento da TPFT se verificou entre as com 3 filhos. Por sua vez, as mulheres chefes sem filhos experimentaram uma ligeira queda de TPFT. Este grupo, portanto, além de se reduzir no período, passou a participar menos.

O efeito incidência corresponde a cerca de 95% da variação da TPFT. Entretanto, os resultados de cada uma das categorias de número de filhos são bem diferentes. Por exemplo, o efeito tamanho para as chefes com 1 filho responde por cerca de 90% do diferencial, o que agregado com a contribuição referente ao efeito tamanho faz com que este grupo tenha respondido por mais de 100% da variação da TPFT ⁶. Além disso, as chefes com 2 e as com 3 filhos também contribuíram positivamente para o aumento da TPFT do grupo, enquanto que as mulheres com 4 ou mais filhos foram o destaque negativo, devido ao efeito tamanho negativo.

Já entre as cônjuges, as com 2 filhos foram as principais responsáveis pela elevação da TPFT. Cabe destacar aqui a diferença entre chefes e cônjuges sem filhos. Enquanto que para as primeiras, tanto a incidência da TPFT como o tamanho relativo do grupo contribuíram para que elas perdessem espaço entre as mulheres participantes do mercado de trabalho, para as últimas os dois efeitos foram positivos. Por fim, vale notar que as cônjuges com 4 ou mais filhos contribuíram negativamente para a evolução da TPFT, devido a sua redução numérica captada pelo efeito tamanho.

⁶ Neste caso, a parcela de cada grupo foi calculada separadamente para chefes e cônjuges. O aumento observado de TPFT apenas entre as chefes no período foi de 5 pontos percentuais e, entre as cônjuges, de 15 pontos percentuais.

Tabela 1.5 – TPFT e tamanho dos grupos por idade – 1982 – 1997

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
25-29	21,1	0,467	17,7	0,592	-0,020	0,026	-15,2	19,9	4,7
30-34	17,6	0,463	17,8	0,614	0,001	0,027	0,9	20,0	20,9
35-39	14,7	0,466	15,9	0,629	0,008	0,024	5,7	18,1	23,8
40-44	12,8	0,439	14,1	0,604	0,008	0,021	5,9	15,9	21,8
45-49	10,9	0,389	11,6	0,549	0,004	0,017	2,9	13,1	16,0
50-54	9,5	0,325	8,9	0,444	-0,003	0,011	-2,0	8,5	6,5
55-59	7,5	0,267	7,6	0,337	0,000	0,005	0,3	4,0	4,3
60-64	5,8	0,177	6,4	0,202	0,001	0,001	0,9	1,1	2,0
Total	100		100		-0,001	0,133	-0,6	100,6	100,0
Idade Média	40,0		40,6						

Agora, analisaremos como o grupo das mulheres é dividido conforme a idade e calcularemos a TPFT nas diversas faixas etárias. Primeiramente, percebemos que houve queda da participação relativa das mulheres jovens, sendo que as mulheres entre 35 e 49 anos ganharam espaço. Notamos, ainda, que as mulheres mais jovens deixaram de ser o maior grupo em 1997. Desta forma, o processo de envelhecimento da população brasileira está refletido em nossa amostra, cuja idade média aumentou sensivelmente no período. Com relação à TPFT, todas as faixas etárias apresentaram crescimento. Entretanto, este foi mais forte entre as mulheres de 35 a 49 anos e menor entre as mais idosas. Na divisão por idade, o efeito incidência é responsável por toda a variação da TPFT, dado que as mudanças de tamanho relativo dos grupos são pequenas, por estarem ligadas a aspectos demográficos. Combinando o efeito tamanho e incidência, as mulheres de 35 a 39 anos foram as que mais contribuíram para a evolução da TPFT.

A seguir, desagregamos os resultados de acordo com a cor da pele. Em termos de tamanho dos grupos, a única mudança entre 1982 e 1997 é uma pequena redução na proporção de mulheres de cor preta, branca e amarela e um aumento nas de cor parda.

Mesmo assim, em 1997, a maior parte das mulheres era de cor branca⁷. Deste modo, novamente se justifica o pequeno efeito tamanho encontrado neste caso. Por sua vez, a TPFT difere pouco entre os grupos, principalmente em 1997 pois o grupo com participação mais baixa em 1982 – as mulheres brancas – foi o que obteve maior crescimento da TPFT. E as que possuíam maior TPFT em 1982 – mulheres amarelas – tiveram menor crescimento da TPFT. Em termos do efeito incidência, as maiores contribuições vêm de mulheres brancas e pardas, dado que as mesmas eram a maioria das mulheres em 1997 e experimentaram uma elevação considerável da TPFT no período. Por outro lado, as amarelas e pretas contribuíram negativamente para a evolução da TPFT.

Tabela 1.6 – TPFT e tamanho dos grupos por cor da pele – 1982 – 1997

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
Branca	60,2	0,396	58,3	0,545	-0,010	0,090	-7,9	68,2	60,3
Preta	7,4	0,488	5,4	0,587	-0,012	0,007	-8,9	5,6	-3,4
Amarela	0,8	0,494	0,4	0,558	-0,002	0,001	-1,7	0,4	-1,3
Parda	31,6	0,411	35,7	0,527	0,022	0,037	16,4	27,9	44,3
Total	100		100		-0,003	0,134	-2,1	102,1	100

Finalmente, desagregamos os resultados por nível educacional das mulheres. O primeiro aspecto a ressaltar é que a escolaridade média da amostra aumentou cerca de 2 anos no período. Ao desagregar por faixas educacionais, percebemos uma forte redução da proporção de mulheres menos educadas, sendo que o grupo que mais evoluiu foi o das mulheres com 5 a 8 anos de estudo, seguido por aquelas com 9 a 11 anos de estudo, que dobraram sua participação relativa. Apesar desta mudança, as mulheres com 1 a 4 anos de estudo continuavam como o maior grupo. Com relação à TPFT, como já havia sido demonstrado em Scorzafave e Menezes-Filho (2000), há uma relação direta entre escolaridade e participação no mercado de trabalho. Comparando a evolução dos grupos, percebemos que as mulheres com 5 a 8 anos de estudo foram as que mais aumentaram sua

⁷ Na realidade, tais diferenças, provavelmente, estão relacionadas ao processo de coleta das informações, já que, na PNAD, é o próprio indivíduo que reporta a sua cor de pele.

TPFT. As que menos aumentaram foram as mais educadas.

No que diz respeito ao efeito tamanho, o resultado da desagregação por grupos de educação se mostra distinto do encontrado para os outros cortes da amostra, pois cerca de 41% do diferencial da TPFT é explicado por mudança no tamanho dos grupos. O aumento na proporção de mulheres com mais de 5 anos de estudo, dada a elevada TPFT das mesmas é responsável por este resultado. Assim, aumentou o tamanho dos grupos que participavam mais ativamente do mercado de trabalho em detrimento daqueles que tinham baixa inserção. Por outro lado, o fato de ainda ser o grupo mais numeroso em 1997 e de ter experimentado um crescimento de TPFT da ordem de 10 pontos percentuais fez com que as mulheres com 1 a 4 anos de estudo contribuíssem de modo majoritário para o efeito incidência. Entretanto, quando combinamos os dois efeitos, os resultados mudam, sendo que as maiores contribuições para o aumento da TPFT vêm das mulheres com 9 a 11 anos de estudo, seguidas pelas com 5 a 8 anos de escolaridade.

Tabela 1.7 – TPFT e tamanho dos grupos por anos de estudo – 1982 – 1997

	1982		1997		E.T.	E.I.	Contrib. (%)		Soma
	% Pop.	TPFT	% Pop.	TPFT					
0	28,3	0,332	15,1	0,373	-0,049	0,012	-37,3	8,8	-28,5
1 a 4	46,6	0,368	36,4	0,464	-0,047	0,045	-35,8	33,9	-1,9
5 a 8	10,9	0,430	20,7	0,549	0,054	0,013	40,7	9,8	50,5
9 a 11	8,8	0,594	18,2	0,679	0,064	0,007	48,3	5,7	54,0
12 ou mais	5,5	0,806	9,6	0,818	0,034	0,001	25,4	0,5	25,9
Total	100		100		0,055	0,077	41,3	58,7	100,0
Educação Média	4,0		5,9						

Podemos resumir os resultados desta seção, que buscou mostrar as características das mulheres e a evolução da TPFT no período 1982-1997, bem como desagregar a evolução da TPFT entre efeito tamanho e efeito incidência. Constatamos que em todos os recortes da amostra o efeito incidência é responsável por praticamente todo o crescimento da TPFT entre 1982 e 1997. A exceção ocorre quando desagregamos as mulheres por nível educacional. Neste caso, como houve uma grande alteração na composição dos grupos (em favor das mulheres mais educadas), o efeito tamanho passa a responder por cerca de 40%

da elevação da TPFT no período.

Por outro lado, somando os efeitos para cada categoria, podemos identificar quais delas mais contribuíram para o crescimento da TPFT. De acordo com os recortes da amostra, as maiores contribuições vieram das mulheres:

- brancas ou
- cônjuges ou
- com 9 a 11 anos de estudo ou
- com 2 filhos ou
- com 35 a 39 anos.

Obviamente, não necessariamente o grupo das mulheres com *todas* estas características foi o que experimentou maior crescimento da TPFT. A precisão dos resultados desta análise seria prejudicada, já que os subgrupos *cor–posição familiar–educação–filhos–idade* ficariam muito reduzidos. Nossa análise permite apenas dizer que as mulheres pertencentes a tais grupos foram as principais afetadas pelo aumento da TPFT.

2 – Evolução da Desigualdade entre as Mulheres Casadas de acordo com o Salário dos Maridos

2.1 – Introdução

Na seção anterior, descrevemos a TPFT das mulheres dividindo-as em diversos subgrupos e verificamos quais deles contribuíram mais significativamente para o crescimento da TPFT feminina. Um dos resultados mais impressionantes foi o forte crescimento da participação entre as mulheres cônjuges, passando de 33% para 48%. Por outro lado, mesmo apresentando uma ligeira redução em seu número (passaram de 73% para 67% das mulheres), continuam constituindo o maior grupo dentre as mulheres. Deste modo, devido a importância deste grupo, iremos neste capítulo concentrar nossa análise sobre as mesmas⁸. Ao adotarmos esta estratégia, podemos olhar mais atentamente para outras características destas mulheres, além da TPFT. Além disso, podemos relacionar o desempenho das mesmas no mercado de trabalho com o dos respectivos companheiros.

Na literatura, há estudos que buscam relacionar a inserção da mulher cônjuge no mercado de trabalho em resposta a diferentes situações passadas dentro do domicílio. Por exemplo, Fernandes e Felício (2002) encontram relação entre a entrada das cônjuges no mercado de trabalho e o desemprego do marido. Este efeito é maior ainda no caso de maridos que foram demitidos. Por outro lado, Spletzer (1997) ressalta que a maioria dos estudos não encontra este efeito para os Estados Unidos.

Entretanto, nosso objetivo não é verificar a existência deste efeito especificamente, nem construir um modelo tentando explicar a decisão de participação da mulher. Queremos descrever detalhadamente as variáveis associadas à participação da mulher cônjuge no

⁸ Na realidade, iremos considerar todas as mulheres casadas. Consideramos como “casadas”: a) as mulheres cônjuges; b) as chefes de família com cônjuge. Cerca de 98% das mulheres casadas da nossa amostra são cônjuges.

mercado de trabalho de acordo com o salário horário do respectivo marido. O intuito é obter um retrato detalhado das diferenças entre as mulheres quanto ao mercado de trabalho de acordo com seu *background* familiar (medido, aqui, em termos de renda do marido). Além disso, avaliaremos a robustez destas diferenças por meio da utilização de variáveis de controle, permitindo, inclusive, o cálculo do chamado “efeito renda”. Investigamos, por exemplo, qual o efeito que o salário do marido tem sobre o número de horas trabalhadas da mulher, *ceteris paribus*.

Em seguida, investigamos o efeito das horas trabalhadas e do salário horário na evolução da desigualdade de renda entre as mulheres casadas, agrupadas de acordo com os décimos da distribuição salarial dos maridos. Com isso, queremos saber se ambas variáveis contribuíram positivamente para a redução da desigualdade de renda verificada entre mulheres dos diferentes décimos ou se uma delas exerceu um efeito positivo compensando a influência negativa da outra.

2.2 – Comportamento das Mulheres Casadas de acordo com o Salário dos Maridos

Nesta seção, implementamos a análise das mulheres casadas sob uma ótica inovadora. A idéia básica é entendermos melhor o comportamento deste grupo de acordo com características observáveis dos companheiros. Por “comportamento”, estamos nos referindo não somente às decisões relativas ao mercado de trabalho (desemprego, salário, participação, etc.), mas também às ligadas ao seu relacionamento com o cônjuge (número de filhos) e às sociodemográficas (anos de estudo). Por “características observáveis dos companheiros” estamos nos referindo, especificamente, ao salário horário do marido. Desta forma, iremos estudar o comportamento de diversas variáveis para a amostra de mulheres casadas (salário horário, número de horas trabalhadas por semana, TPFT, taxa de desemprego, etc.) de acordo com a posição dos seus respectivos maridos na distribuição salarial masculina (décimos). Além disso, iremos verificar se as desigualdades entre mulheres de maridos “pobres” e “ricos” se mantêm, mesmo após a imposição de variáveis de controle.

A metodologia empregada, desenvolvida por Juhn e Murphy (1997), calcula os décimos da distribuição salarial quando consideramos *todos* os homens, casados ou não. Feito isso, atribuiríamos a cada mulher casada o décimo referente a seu cônjuge. Entretanto, existem problemas na implementação desta metodologia: nem todos os homens trabalham e, desta forma, nem todos auferem renda do trabalho. Assim, a questão que se coloca é como atribuir um salário a estes indivíduos que não trabalham para que possamos recuperar a distribuição salarial inteira. Juhn e Murphy (1997) resolvem este problema atribuindo aos que nada trabalham, o salário dos homens que trabalharam de 1 a 13 semanas ao longo do ano, controlando por escolaridade, estado conjugal e experiência no mercado de trabalho. A idéia é que o comprometimento com o mercado de trabalho de indivíduos que trabalharam poucas semanas no ano deve ser semelhante ao dos indivíduos que nada trabalham. Desta forma, imputando um salário a estes indivíduos, calculam os décimos da distribuição salarial.

No nosso caso, não temos informação a respeito de semanas trabalhadas ao longo do ano. Assim, esta estratégia fica inviabilizada. Uma alternativa seria realizar procedimento semelhante ao de Juhn e Murphy (1997), mas atribuindo aos que não trabalhavam o salário dos indivíduos que trabalhavam entre 1 e 14 horas semanais. Entretanto, esta parece não ser uma boa saída, já que nada garante que o grau de comprometimento em relação ao mercado de trabalho seja o mesmo nesses dois grupos. Uma segunda alternativa seria estimar uma equação de salários para os homens que possuem renda e imputar um salário estimado aos que nada trabalham de acordo com suas características observáveis. Uma limitação deste procedimento é que ele pode estar contaminado por viés de seleção amostral, já que a amostra deixa de ser aleatória. Se ignorarmos este problema e estimarmos esta regressão por Mínimos Quadrados Ordinários, as estimativas dos coeficientes serão inconsistentes. Portanto, não devemos ignorar os indivíduos que não trabalham e nem atribuir salário igual a zero aos mesmos. Desta forma, optamos por estimar, para cada ano, um modelo Tobit em que levamos em consideração este fato. Os resultados estão na Tabela 2.1⁹.

⁹ Os valores do salário horário de 1982 e 1997 foram expressos em Reais de 1996, deflacionados pelo IPCA.

Tabela 2.1 – Salário Horário - Tobit – 1982 e 1997

	1982		1997	
	Coefficiente	Desvio Padrão	Coefficiente	Desvio Padrão
Anos de Estudo	0,729	3,0E-04	0,693	4,2E-04
Idade	0,501	9,6E-04	0,636	0,001
Idade²	-0,006	1,1E-05	-0,008	1,6E-05
Branco	0,329	0,003	0,784	0,004
Chefe	2,328	0,004	3,527	0,005
Cônjuge	1,092	0,032	2,083	0,014
Norte	0,366	0,008	0,050	0,010
Nordeste	0,212	0,003	-0,151	0,005
Centro-Oeste	0,353	0,005	0,611	0,007
Sul	-0,359	0,003	-0,249	0,005
Constante	-13,075	0,019	-17,850	0,029

OBS: Todos os coeficientes são estatisticamente significativos a 1%

Com os coeficientes estimados, calculamos um salário horário estimado para os indivíduos cujo salário horário observado era zero, com base nas suas características observáveis. Em seguida, dividimos os homens em 4 grupos etários (25-34, 35-44, 45-54 e 55-64 anos) e calculamos os décimos da distribuição salarial em cada um destes grupos separadamente¹⁰. Isto nos permitiu atribuir um décimo para cada um dos homens da nossa amostra. Consequentemente, conseguimos atribuir um décimo para cada mulher casada. Destacamos, ainda, que a proporção de homens que tiveram salário imputado foi de cerca de 11% do total de homens entre 25 e 64 anos em 1982 e de 16% em 1997, contabilizando tanto homens fora da PEA quanto desempregados. A seguir, mostramos em que décimos da distribuição de salários os indivíduos que tiveram renda imputada foram alocados. Os dados mostram que cerca de 40% dos indivíduos foram colocados no primeiro décimo da distribuição de renda masculina, enquanto que o restante foi distribuído entre os demais

¹⁰ O objetivo desta separação é que ela permite comparar o salário dos homens com idades semelhantes (*proxy* de experiência no mercado de trabalho). Por exemplo, a atribuição do decil da distribuição a um homem de 27 anos é independente do salário dos indivíduos com mais de 35 anos.

décimos.

Tabela 2.2 – Alocação dos homens com salário imputado de acordo com os décimos

Décimo	1982	1997
1	38,8	40,3
2	6,5	9,7
3	2,6	5,5
4	2,8	4,0
5	5,0	5,6
6	6,0	6,0
7	11,9	4,7
8	10,7	8,1
9	10,6	11,7
10	5,2	4,5

OBS: Dados em porcentagem

Feita esta discussão a respeito da metodologia empregada, vamos analisar os resultados. Primeiramente, nos concentraremos nas características educacionais e no número de filhos de todas as mulheres casadas. Em seguida, analisaremos os indicadores referentes ao mercado de trabalho.

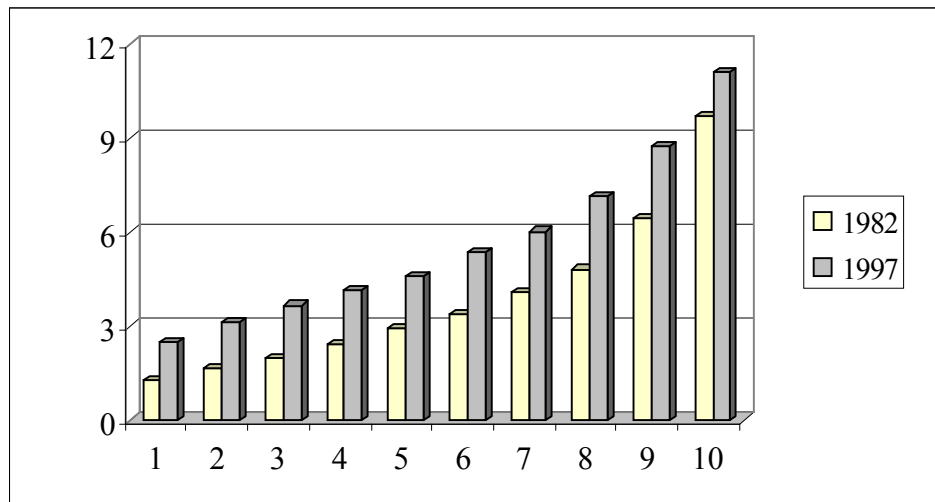
2.2.1 – Anos de Estudo

O Gráfico 2.1 mostra a média educacional das mulheres de acordo com a posição do marido na distribuição salarial masculina. Os valores referentes ao Gráfico 2.1 e aos demais gráficos da seção 2.2 estão nas tabelas A1 a A10 do Anexo.

Em primeiro lugar, vale apontar que a educação média das mulheres casadas aumentou de 3,9 para 5,9 anos de estudo entre 1982 e 1997. Além disso, percebemos que a educação média das mulheres cresce com a posição do marido na distribuição salarial. É interessante notar ainda que este padrão se verifica nos dois anos da amostra e que o grau de desigualdade educacional é muito grande entre os décimos. Por exemplo, uma mulher no

último décimo tinha, em média, 7,6 vezes mais anos de estudo que uma mulher do primeiro décimo, em média, no ano de 1982 e 4,5 vezes mais em 1997.

Gráfico 2.1 – Anos de estudo das mulheres casadas por décimo do salário do marido

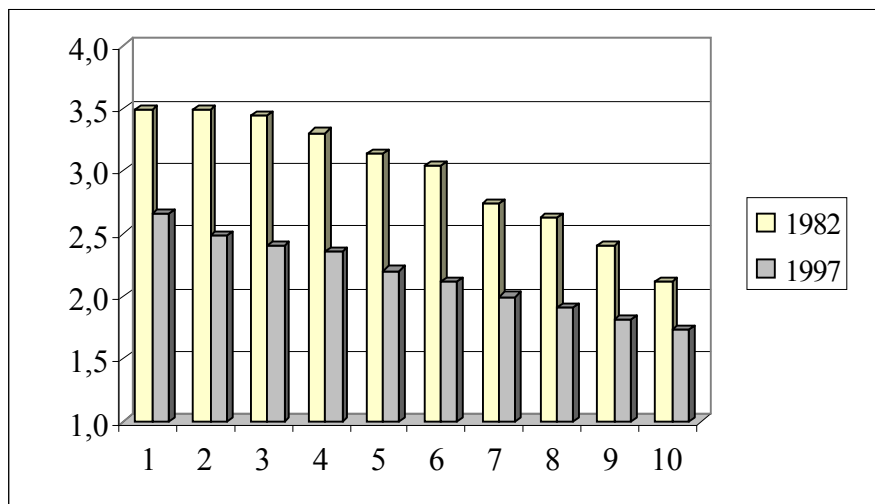


Outro dado interessante é que em todos os decimos houve um aumento na educação média das mulheres. Note que a educação média das mulheres dos dois primeiros decimos praticamente dobrou no período (ver Tabela A1 no Anexo). Em termos absolutos, entretanto, os grupos que mais avançaram foram o das mulheres nos decimos 8 e 9 (aumento de 2,3 anos).

2.2.2 – Número de Filhos

Outra variável que estudamos é o número de filhos das mulheres casadas por décimo. O número médio de filhos das mulheres casadas caiu de 3 para 2,1 entre 1982 e 1997. Adicionalmente, conforme ilustra o Gráfico 2.2, as mulheres nos decimos superiores possuem em média menos filhos que as demais. Note que em 1982, nos dois primeiros decimos, o número médio de filhos é praticamente o mesmo e, só a partir do terceiro décimo, é que se verifica a queda. Em 1997, entretanto, este padrão se modifica, havendo queda já a partir do primeiro décimo. Vale dizer que as mulheres de todos os grupos experimentaram quedas drásticas do número de filhos. Entretanto, este processo foi mais forte entre as mulheres dos decimos 2 a 6.

Gráfico 2.2 – Número de filhos das mulheres casadas por décimo do salário do marido



Scorzafave e Menezes-Filho (2001) mostram que as mulheres com menos filhos tendem a participar mais ativamente do mercado de trabalho. Desta forma, podemos afirmar que o fato das mulheres dos décimos mais baixos se aproximarem das demais (em número de filhos) faz com que a presença de muitos filhos deixe de ser impeditiva da entrada mais significativa destas mulheres no mercado de trabalho. Outro efeito provável é que, com menos filhos, pode haver aumento da renda familiar per capita. Este resultado porém, é controverso, se os filhos das famílias mais pobres trabalham e geram renda. Neste caso, um menor número de filhos na família levaria a uma perda de renda familiar. Entretanto, a própria redução do número de filhos nos domicílios mais pobres é um indicativo de que esta estratégia de geração de renda está sendo utilizada por cada vez menos famílias.

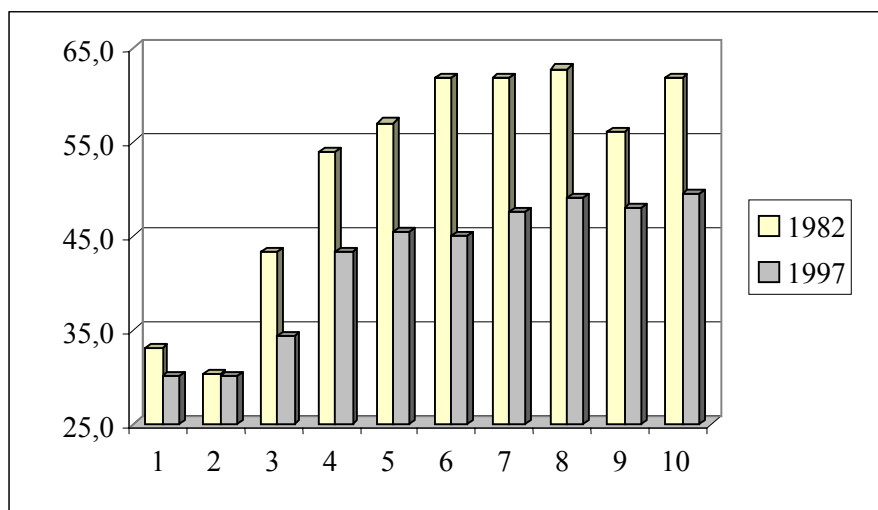
Uma objeção que poderia ser feita à análise é que estes resultados refletem que mulheres de diferentes décimos têm idades, em média, diferentes. Entretanto, notamos que não há tal discrepância de idade. Por exemplo, em 1982, a idade média das mulheres em cada décimo variava de 37 a 39 anos.

2.2.3 – Carteira Assinada

Passamos a analisar agora diversos indicadores referentes ao mercado de trabalho. Inicialmente, vamos nos concentrar no grupo das mulheres ocupadas, observando o nível de formalização no mercado de trabalho das que eram empregadas. No que diz respeito a proporção de trabalhadoras com carteira assinada em 1982, verificamos, grosso modo, uma relação positiva entre este indicador e a posição das mulheres nos décimos. Por exemplo, enquanto 33% das mulheres empregadas do décimo 1 possuíam carteira assinada, cerca de 62% apresentavam-na no décimo 10. A mesma relação positiva, apesar de menos pronunciada, se verificava em 1997. Portanto, a proporção de trabalhadoras sem carteira era maior entre as mulheres dos décimos mais baixos, o que fornece um agravante do problema da informalidade feminina: o fato dela estar concentrada em mulheres de maridos pobres.

Analisando de forma mais detalhada os dados do Gráfico 2.3, conseguimos identificar que, em ambos os períodos, parece haver três grupos distintos: o das mulheres dos décimos 1 e 2 (com baixas taxas de formalização); as do décimo 3 (com formalização intermediária); as demais (com elevada formalização), sendo que as maiores taxas foram verificadas no oitavo décimo, em 1982, e no décimo 10, em 1997.

Gráfico 2.3 – Carteira Assinada entre as mulheres casadas por décimo do salário do marido



Passamos agora a analisar a evolução temporal da proporção de mulheres casadas

com carteira assinada. Chama a atenção a queda da proporção total de mulheres empregadas com carteira assinada de 54,6% para 43,7% entre 1982 e 1997. Mas será que esta redução se verificou de forma similar em todos os décimos? Percebemos que, apesar de todos os décimos apresentarem queda, houve diferenças significativas de magnitude. Tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais, o grupo que experimentou a maior diminuição na proporção de mulheres com carteira assinada foi o das mulheres do décimo 6 (-16,8 pontos percentuais ou -27,1%) e as que menos sofreram redução foram as do décimo 2 (-0,3 pontos percentuais ou -0,8%). Apesar disso, as mulheres dos décimos inferiores continuaram apresentando as menores taxas de formalização.

2.2.4 – Posição na Ocupação

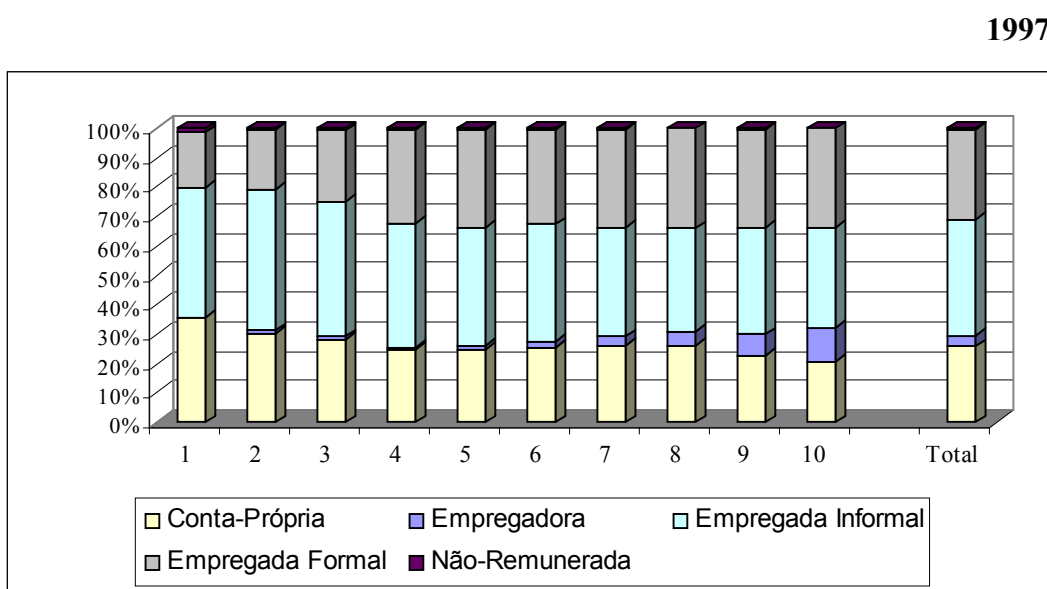
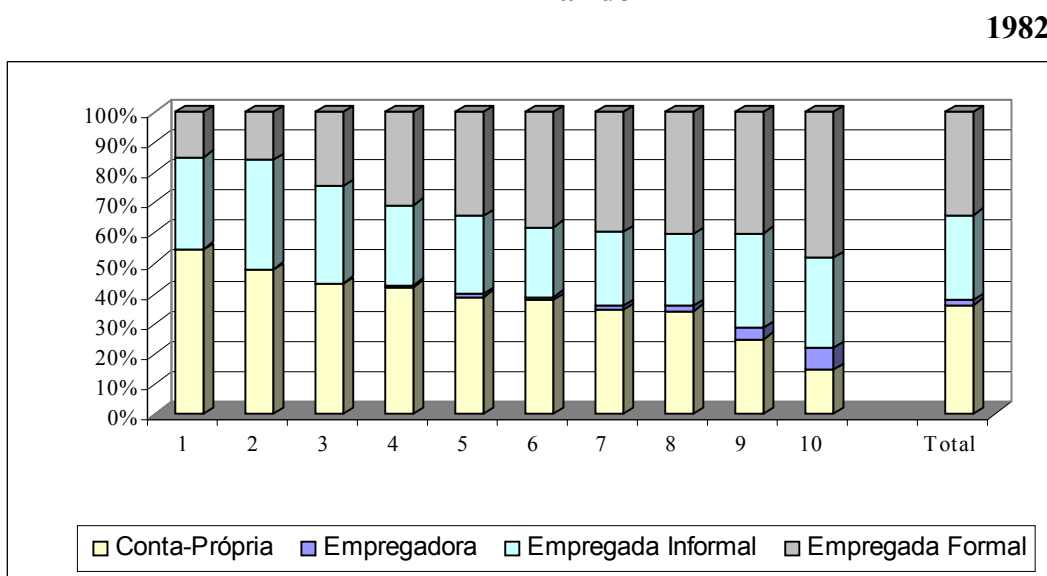
Nosso próximo passo é desagregar as mulheres casadas de acordo com a posição na ocupação e, entre as empregadas, dividi-las entre as com e sem carteira assinada. Com isso, conseguimos responder à questões como: qual a posição na ocupação das mulheres casadas em 1982 e 1997? Ela difere entre os décimos? Há alteração significativa entre 1982 e 1997?

Analisando o Gráfico 2.4, para o ano de 1982, percebemos que o maior grupo era o das contas-própria (36,0%), seguido pelo das empregadas do setor formal (34%) e pelas trabalhadoras informais (28%). Entretanto, estas proporções eram bem diferentes em cada décimo. Se por um lado, havia uma relação positiva entre os décimos e a proporção de mulheres empregadoras e empregadas do setor formal, por outro encontramos uma relação inversa com a proporção de contas-própria. Assim, apesar de, no total, 36% das mulheres ocupadas trabalharem por conta-própria, dentro dos décimos, esta proporção variava entre 14,7 % (décimo 10) e 54,3% (décimo 1). Por fim, no que tange às empregadas do setor informal, a relação com os décimos possui um formato de U, com a maior informalidade concentrada nos décimos extremos.

Em 1997, o maior grupo era o das mulheres no setor informal (39,4%), seguidas pelas do setor formal (30,6%). Além disso, a relação positiva entre décimo e proporção de empregadoras se manteve. Entretanto, para as outras categorias não se verificava uma relação monótona entre os indicadores e os décimos. Por exemplo, a relação entre décimo e

proporção de empregadas possuía formato de U invertido, com a maior proporção de mulheres empregadas ocorrendo no décimo 4. A proporção de contas-própria apresentava formato de U em relação aos décimos, entre os décimos 1 e 8, apresentando ligeira queda para os décimos finais. Em 1997, portanto, deixamos de verificar para as contas-própria uma relação inversa com os décimos, como a obtida em 1982.

Gráfico 2.4 – Posição na Ocupação das mulheres casadas por décimo do salário do marido



A obtenção de padrões diferenciados da relação entre cada indicador e os décimos

em cada ano nos levou a questionar como, dentro de cada décimo, ocorreu a “transição” das mulheres de um tipo de ocupação para as demais. Na Tabela 2.3, representamos a alteração (em pontos percentuais) das posições nas ocupações nos diferentes décimos (e para o conjunto das mulheres). Enquanto que, no agregado, houve redução em 10 p.p. na proporção de contas-própria e crescimento de 11 p.p. nas empregadas do setor informal, os resultados dentro dos décimos foram extremamente diversificados.¹¹

Com relação às contas-própria, a redução foi mais acentuada nos décimos inferiores e, além disso, a única categoria que aumentou a proporção de contas-própria foi a das mulheres do décimo mais elevado. Em contraste, os maiores aumentos na proporção de empregadas no setor informal ocorreram nos décimos mais baixos. Portanto, para as mulheres até o quinto décimo, houve uma nítida migração da categoria conta-própria para empregadas sem carteira assinada, padrão semelhante ao encontrado para as mulheres como um todo. Já para as mulheres do sexto ao nono décimo, houve aumento das sem carteira em detrimento tanto das conta-própria como das com carteira assinada. Finalmente, as mulheres do décimo 10 possuíam um padrão diferente: queda de 15 pontos percentuais na parcela de empregadas com carteira e aumentos de mesma magnitude (4 a 6 pontos percentuais) nas demais categorias.

Tabela 2.3 – Variação da posição na ocupação entre 1982 e 1997 (em p.p.)

Décimo	Empregadoras	Conta própria	Com Carteira	Sem Carteira
1	0,0	-18,8	3,9	13,6
2	0,8	-17,4	4,8	11,5
3	1,0	-15,0	-0,6	13,9
4	0,2	-17,3	1,2	15,7
5	0,5	-13,9	-1,1	14,3
6	1,1	-12,0	-5,5	16,2
7	2,1	-8,5	-6,1	12,4
8	2,8	-7,7	-6,5	11,3
9	3,5	-1,9	-6,7	4,9
10	4,5	6,1	-14,9	4,2
Total	2,1	-10,2	-3,3	11,2

Obs: Construída com base na Tabela A4 do Apêndice.

¹¹ Neste caso, fica difícil saber o impacto deste movimento sobre o sistema previdenciário, já que não temos informação a respeito da proporção de contas-própria que contribuíam para algum instituto de previdência. Entretanto, provavelmente uma maior parte das conta-própria contribuíam, relativamente as sem carteira assinada.

Desta forma, se por um lado as mulheres de maridos mais “pobres” foram prejudicadas pelo fato de terem passado de conta-própria a informais (vide nota de rodapé anterior), por outro, as mulheres de maridos mais “ricos” também foram prejudicadas (talvez até mais), pois passaram de empregadas registradas para empregadas sem carteira. Se assumirmos que a sociedade deve se preocupar mais com a situação dos mais pobres, a situação das mulheres dos décimos inferiores é mais grave e merece maior atenção. Adicionalmente, se elas contribuírem com uma parcela maior do orçamento familiar (comparando com as mulheres dos demais décimos), a alteração na posição na ocupação teria reflexos diretos na sua renda e na de sua família, já que o salário médio das empregadas sem carteira é menor que o das conta-própria.

Por fim, o comportamento da proporção de empregadoras também é interessante. Houve ligeiro crescimento em todos os décimos, mas este era maior nos décimos mais elevados, o que contribuiria para aumentar a disparidade neste indicador entre as mulheres de décimos baixos e altos.

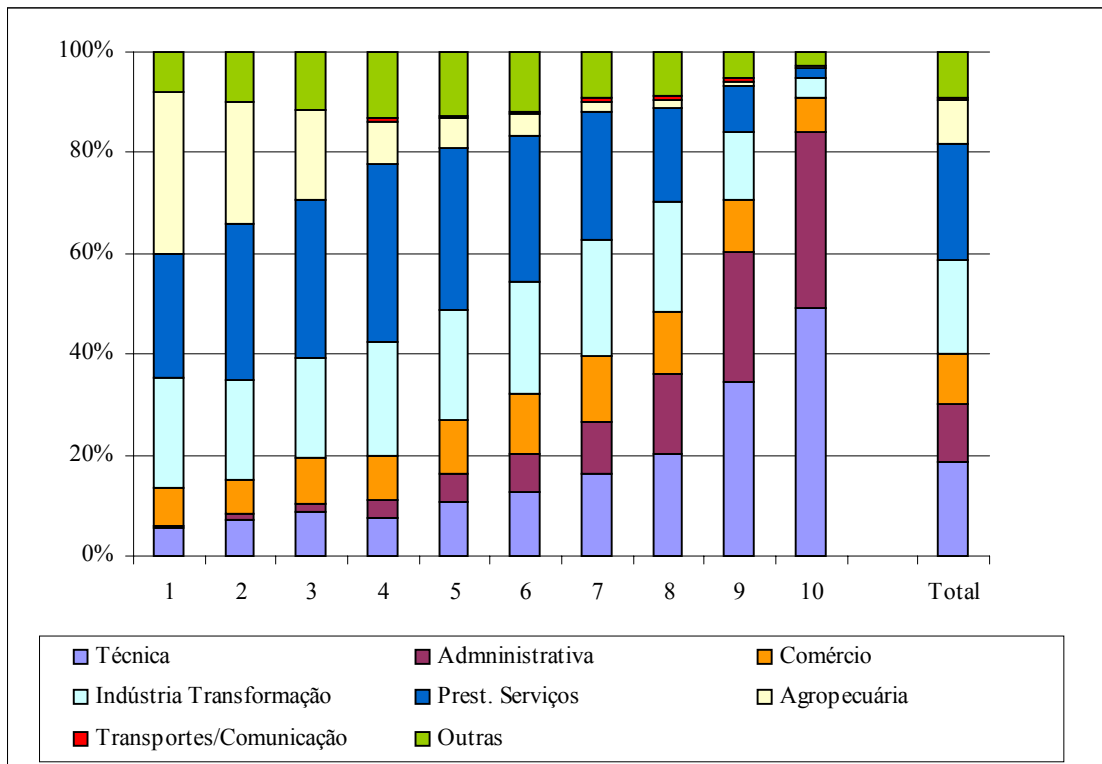
2.2.5 - Grupo de Ocupação

Outro aspecto interessante a ser estudado é a inserção das mulheres casadas nos diferentes grupos de ocupações. Kon (1999) mostrou que houve no período aumento da parcela de mulheres no total dos empregos, tanto no setor primário quanto no setor terciário da economia. Na nossa análise, entretanto, estamos interessados em saber a distribuição ocupacional do *total* de mulheres *casadas*. Portanto, analisamos os resultados das mulheres ocupadas divididas entre os décimos, de acordo com o grupo de ocupação na economia através do Gráfico 2.5.¹²

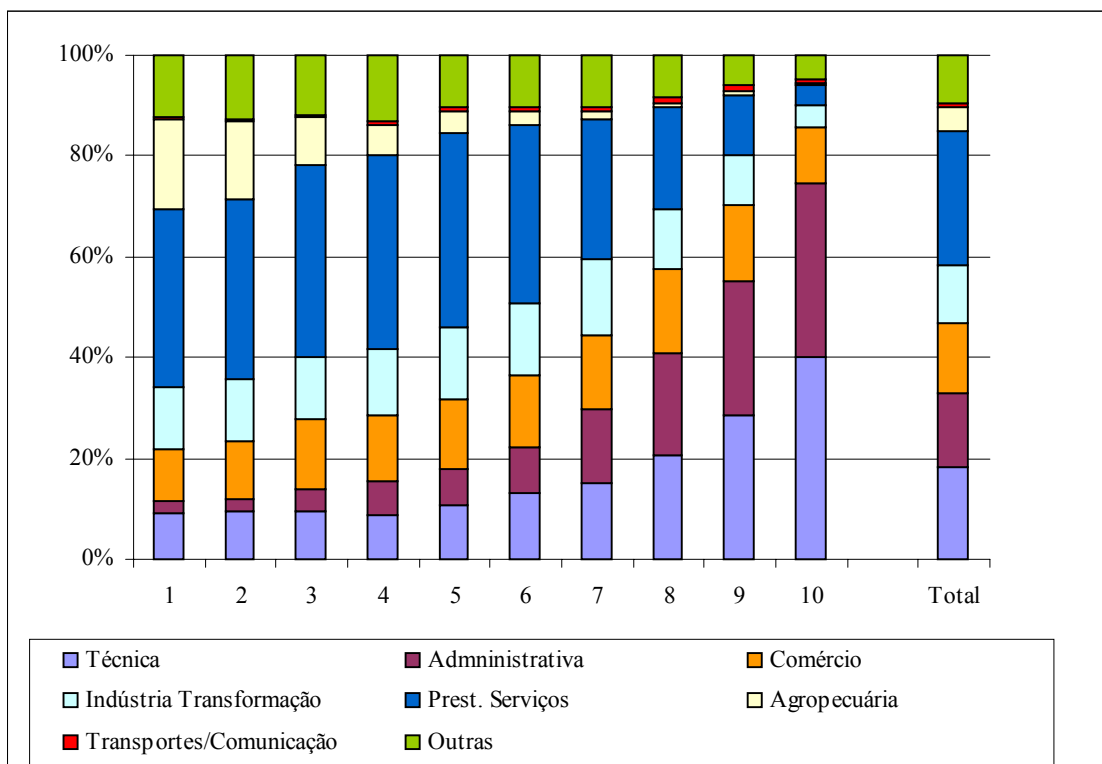
¹² A tabela A15 do Anexo mostra os tipos de ocupação pertencentes a cada categoria.

Gráfico 2.5 – Grupos de Ocupação das mulheres casadas por décimo do salário do marido

1982



1997



Verificamos uma discrepância muito grande das ocupações de acordo com os décimos. Enquanto que mais de 85% das mulheres do décimo 10 estavam em ocupações administrativas e técnicas em 1982, apenas 6% das mulheres do primeiro décimo se encontravam em tais ocupações. Ou seja, havia uma relação positiva entre a proporção de mulheres em ocupações técnicas e administrativas e os décimos em que se encontravam. Exatamente o oposto ocorria com as mulheres na agropecuária, sendo que apenas 0,1% das mulheres do décimo 10 estavam neste tipo de ocupação. Com relação à indústria de transformação, à prestação de serviços e ao comércio, a maior proporção de mulheres nestas categorias era encontrada nos décimos intermediários.

Em 1997, a relação positiva entre os décimos e a proporção de mulheres nas ocupações técnicas e administrativas se manteve. Adicionalmente, a proporção de mulheres no comércio também mostrou esta relação positiva, exceto para os décimos 9 e 10. Já na prestação de serviços, percebemos uma maior concentração de mulheres nos décimos intermediários, o mesmo sendo válido para a indústria de transformação. Por outro lado, continuamos verificando relação negativa entre décimos e proporção de mulheres na agropecuária.

Da mesma forma que no caso da variável posição na ocupação, os padrões verificados para os décimos em cada ano apresentam diferenças expressivas em relação ao conjunto das mulheres. Em 1982, por exemplo, 23% do total de mulheres casadas estavam em ocupações de prestação de serviços, mas esta proporção variava entre 2,1% (para mulheres do décimo 10) e 35% (para mulheres do décimo 4). A mesma afirmação é válida para os demais grupos de ocupação. Como houve diversas alterações nos perfis ocupacionais para cada décimo entre 1982 e 1997, resolvemos calcular quanto cada grupo ocupacional perdeu ou ganhou dentro de cada décimo, nos moldes já realizados na Tabela 2.3.

A Tabela 2.4 ilustra estes resultados. Ela permite que comparemos, em cada décimo, qual foi a variação na proporção de mulheres nos diferentes grupos de ocupação. Por exemplo, no décimo 1 em 1982 havia 5,4% das mulheres em ocupações administrativas

enquanto que em 1997 eram 9,2%. Portanto, houve um crescimento de 3,8 pontos percentuais. Nos décimos 1 a 4, houve migração das mulheres da agropecuária e da indústria de transformação para comércio, prestação de serviços, atividades técnicas (décimos 1 e 2) e para ocupações administrativas (décimos 3 e 4)¹³. Por outro lado, nos décimos 5 e 6, o grupo com maior redução relativa foi o da indústria de transformação e os mais favorecidos foram prestação de serviços e comércio. Nos décimos 7 e 8, houve saída de ocupações na indústria de transformação para funções administrativas, comércio e de prestação de serviços. Finalmente nos décimos 9 e 10, houve migração de ocupações técnicas para o comércio.

Tabela 2.4 - Variação nos grupos de ocupação 1997-1982 (em p.p.)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Técnica	3,8	2,3	0,8	1,2	-0,1	0,1	-1,2	0	-6,2	-9,1	-0,4
Administrativa	1,5	1,5	2,5	3,3	1,7	1,6	4,1	4,7	1,2	-0,4	3,1
Agropecuária	-14,2	-8,6	-8,2	-2,8	-1,7	-1,4	-0,5	-0,5	0,4	0,2	-3,8
Ind. Transformação	-9,4	-7,5	-7,4	-9,7	-7,2	-7,8	-7,9	-10,2	-3,6	0,8	-6,9
Comércio	3,1	4,5	4,8	4,6	3,1	2,5	1,6	4,5	4,7	4,1	3,9
Transp./Comunic	0,2	0,4	0,4	0,3	0,1	0,3	-0,1	-0,1	0,2	0,6	0,3
Prest. Serviços	10,4	4,5	6,8	3,4	6,2	6,2	2,9	1,6	2,5	1,7	3,4
Outras	4,7	2,8	0,3	-0,1	-2,0	-1,5	1,1	-0,2	0,8	2,2	0,4

Já para as mulheres casadas como um todo, houve uma queda acentuada da proporção de ocupadas na indústria de transformação e na agropecuária. Por outro lado, houve crescimento de cerca de 3 pontos percentuais nas ocupações administrativas, relacionadas ao comércio e à prestação de serviços. Nas ocupações técnicas e de transportes, praticamente não houve alteração. Desta forma, mais uma vez constatamos a disparidade de resultados ao considerarmos cada décimo separadamente e as mulheres como um todo. Em praticamente todos os décimos e na totalidade das mulheres casadas ocupadas, percebemos uma tendência verificada para a população ocupada brasileira como um todo: por um lado, redução da participação relativa das ocupações ligadas ao setor

¹³ O termo migração não é o mais apropriado, pois pode ser que o número de mulheres tenha permanecido constante na agropecuária e que o efeito da redução da participação relativa venha do aumento do número de mulheres ocupadas em geral. Note que os resultados não são incompatíveis com os apresentados em Kon (1999) que demonstraram aumento da participação do emprego feminino no emprego total da agropecuária. A compatibilidade é garantida desde que este aumento tenha se dado num ritmo menor do que para o total das mulheres ocupadas. De fato, o número de mulheres na agropecuária cresceu 14% enquanto que no geral cresceu 106% entre 1982 e 1997.

primário e secundário; por outro, aumento do peso relativo ao setor terciário.

2.2.6 – Taxa de Participação na Força de Trabalho (TPFT)

A partir de agora, analisaremos o comportamento de algumas variáveis, como TPFT, horas trabalhadas na semana, salário horário, taxa de desemprego e renda mensal. Além do objetivo de descrever o comportamento das mesmas para as mulheres dos diferentes décimos, queremos aferir a robustez dos resultados descritivos obtidos. Iniciaremos com a análise da TPFT. Primeiramente, ressaltamos que a TPFT das mulheres casadas aumentou de 34% para 50% no período, uma expressiva elevação de 16 pontos percentuais.

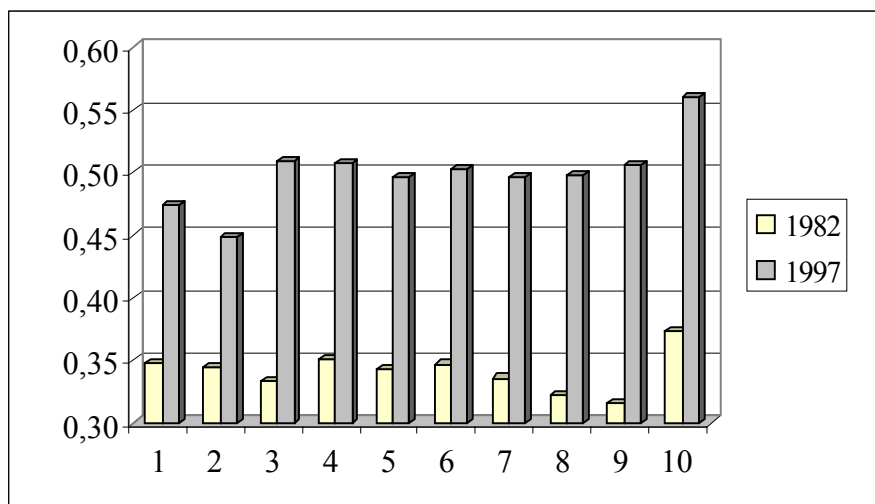
No Painel (a) do Gráfico 2.6, reportamos a TPFT feminina por décimo do salário do marido em 1982 e 1997. Note que não há uma relação bem comportada entre o indicador de participação e a posição da mulher na distribuição salarial do marido em 1982. Vale dizer que até o décimo 6, a TPFT é praticamente constante, em torno de 0,34 e, a partir daí, há uma contínua queda até o nono décimo. Ou seja, as mulheres cujos maridos estão bem posicionados na distribuição salarial participam menos do que as mulheres de maridos mais pobres. A exceção fica por conta das mulheres de maridos melhor colocados, pois eram as que mais participavam. Em 1997, entretanto, há uma mudança neste padrão. A TPFT é praticamente a mesma entre as mulheres dos grupos 3 a 9, significativamente maior para as mulheres do último décimo e mais baixa entre as mulheres dos dois primeiros décimos.

O painel (b) do Gráfico 2.6 permite visualizarmos mais claramente a evolução da TPFT entre 1982 e 1997 para os diferentes décimos. Destacamos o aumento 19 pontos percentuais na TPFT das mulheres do nono décimo, bem como o menor crescimento (10 a 12 pontos percentuais) da TPFT nos décimos mais baixos. Em termos relativos, o grupo que mais avançou foi o das mulheres no nono décimo (60%) e o que menos avançou foi o das pertencentes ao segundo décimo (30%). Note que a variação relativa da TPFT possui

padrão semelhante ao da absoluta.¹⁴

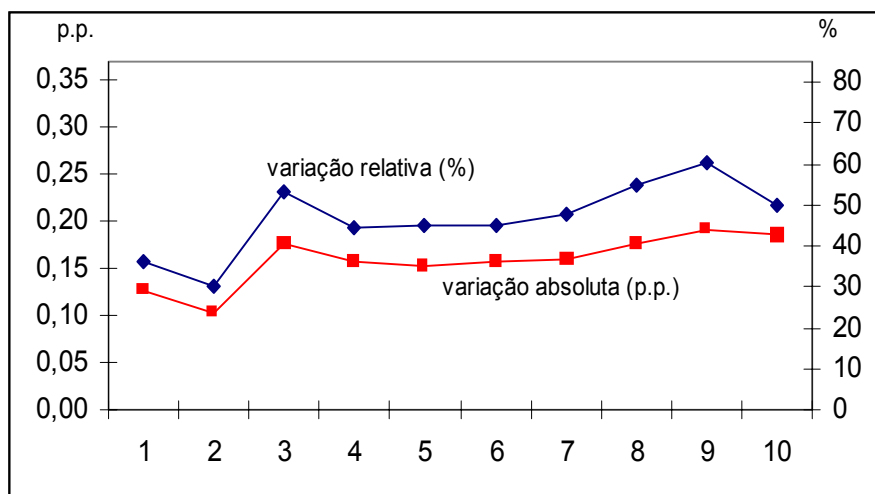
Gráfico 2.6 – TPFT das mulheres casadas por décimo do salário do marido

Painel (a)



Painel (b)

Variação da TPFT por décimo do salário do marido entre 1982 e 1997



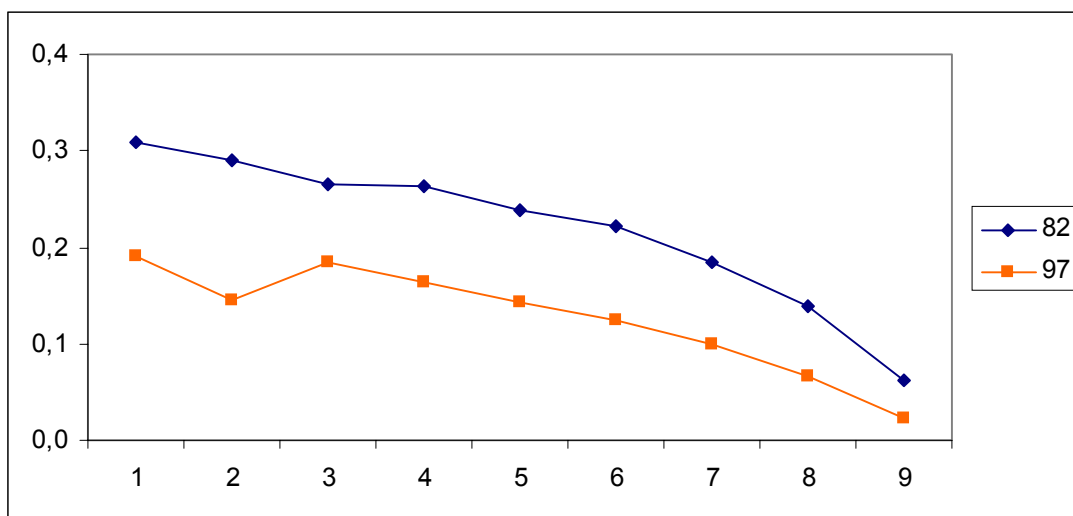
Esta análise mostrou que existe correlação entre o decimo em que a mulher se encontra e a TPFT. Mas será que esta relação permanece mesmo após controlarmos por um

¹⁴ Como TPFT é uma variável limitada ao intervalo [0,1], não sabemos *a priori* qual informação é mais importante, se a da variação absoluta ou a da variação relativa. Dada a semelhança entre os dois gráficos, tal diferença não se mostrou relevante para os nossos resultados.

conjunto de variáveis observadas das mulheres? Ou será que ela reflete a relação de outras variáveis com os décimos? Para responder a estas questões, estimamos modelos Probit em separado para os anos de 1982 e 1997, empregando TPFT como variável dependente. Em cada uma das estimações, utilizamos como variáveis de controle: anos de estudo, idade, idade², número de filhos e *dummies* regionais. O resultado completo das regressões está na Tabela A11 do Anexo. No Gráfico 2.7, ilustramos os efeitos marginais estimados dos décimos nas equações de participação. O décimo omitido da regressão foi o mais elevado. Assim, o efeito marginal associado ao décimo k se refere a qual seria o efeito (em termos de probabilidade de participação no mercado de trabalho) se o indivíduo passasse do décimo mais elevado para o décimo k.

Os resultados das regressões contrastam com os obtidos no Painel (a) do Gráfico 2.6. Naquele gráfico, as mulheres do décimo 10 participavam mais que as demais. Havia uma menor participação nos primeiros décimos e uma participação muito semelhante nos décimos intermediários em 1982. Já em 1997, ocorria até uma ligeira queda de TPFT entre o quarto e o nono décimo.

Gráfico 2.7– Coeficientes estimados das *dummies* de Décimo - TPFT – 1982-1997



Por outro lado, o Gráfico 2.7 apresenta um padrão mais definido para os efeitos marginais relacionados aos décimos, pois há um aumento cada vez maior na probabilidade

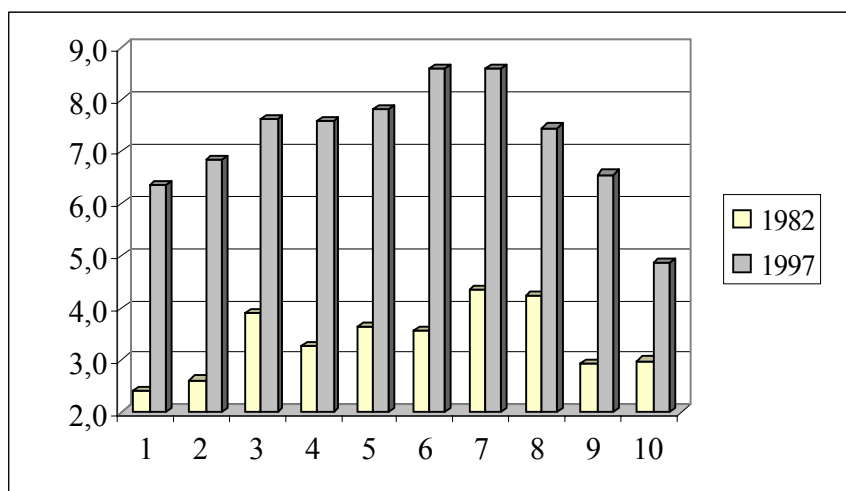
de participação se a mulher passar do décimo mais elevado para os décimos mais baixos. Esta relação capta o chamado “efeito renda”. Podemos pensar que as mulheres dos décimos mais elevados teriam menor incentivo a entrar no mercado de trabalho devido ao companheiro já ter uma renda elevada. Assim, se deslocássemos uma mulher de um marido “rico” para um marido “pobre”, ela aumentaria sua probabilidade de entrar no mercado de trabalho. Por exemplo, a probabilidade de participação aumentaria 20 pontos percentuais se deslocássemos uma mulher do décimo 10 para o décimo 1 em 1997 e 30 pontos percentuais em 1982. Assim que separamos exclusivamente o efeito renda da influência das demais variáveis na determinação da TPFT, obtivemos os efeitos marginais mostrados acima e uma relação inversa entre a probabilidade de participação e os décimos.

2.2.7 – Taxa de Desemprego

A próxima variável analisada foi a taxa de desemprego cujos resultados estão reportados no Gráfico 2.8.¹⁵ Percebemos padrões distintos nos dois períodos. Em 1982, os décimos 7 e 8 apresentavam as maiores taxas, enquanto que o primeiro décimo, a menor. Já em 1997, o fato mais interessante é que até o sétimo décimo, há um crescimento quase contínuo da taxa de desemprego e, a partir daí, uma queda brusca, de modo que as mulheres do nono décimo possuíam taxa de desemprego menor que as do primeiro décimo. O gráfico indica ainda crescimento do desemprego em todos os décimos e também que as mulheres do sétimo décimo apresentavam, em ambos os anos, as maiores taxas. Em termos absolutos, o grupo mais prejudicado pelo aumento do desemprego foi o das mulheres do sexto décimo (crescimento de 5 pontos percentuais) e em termos relativos, as do primeiro (aumento de 163%). Vale dizer que, para o conjunto das mulheres casadas, a taxa de desemprego aumentou de 3,4% para 7,2%.

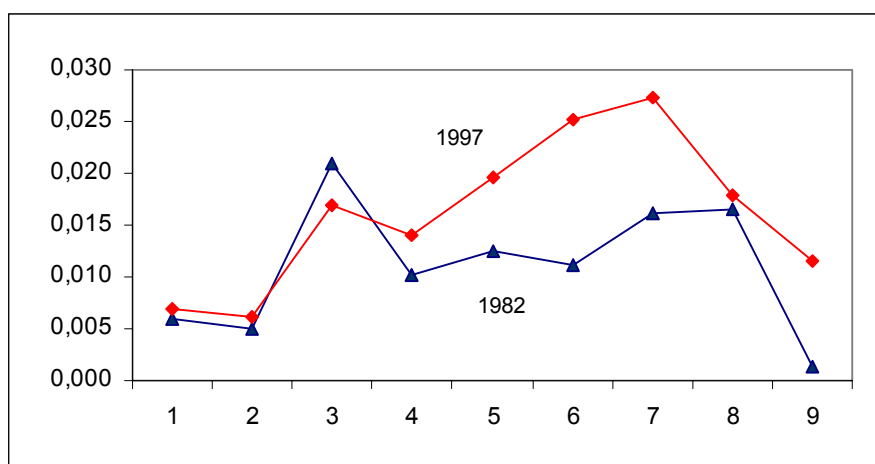
¹⁵ Medimos a taxa de desemprego como a parcela da população desocupada entre a população economicamente ativa na semana de referência.

Gráfico 2.8 – Taxa de desemprego das mulheres casadas por décimo do salário do marido



Da mesma forma que fizemos para a TPFT, vamos tentar isolar o efeito renda associado à taxa de desemprego das mulheres casadas. A especificação do modelo utiliza como variáveis de controle: anos de estudo, *dummies regionais*, idade e número de filhos. O resultado completo das regressões para ambos os períodos está na Tabela A12 do Anexo. O Gráfico 2.9 mostra os efeitos marginais dos decimos (isto é, se a mulher sair do décimo mais elevado e for para o décimo k , qual a mudança na probabilidade dela ficar desempregada).

Gráfico 2.9 – Coeficientes estimados das *dummies* de Décimo e Taxa de Desemprego

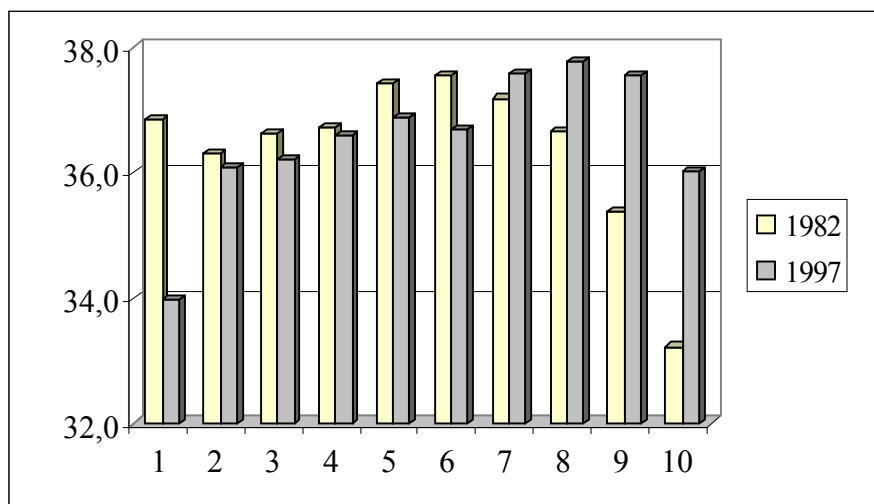


Para 1982, percebemos que o perfil dos efeitos marginais e da média da taxa de desemprego (veja Gráfico 2.8) entre os décimos é semelhante, com picos nos décimos 3, 7 e 8. Vale notar que pelo fato da taxa de desemprego no décimo 10 ser maior que a dos décimos 1 e 2, poderíamos esperar um coeficiente negativo para estes décimos nas estimativas. Entretanto, obtivemos efeito marginal positivo. Deste modo, a diferença observada da taxa de desemprego entre mulheres dos décimos extremos é explicada, em parte, por características observáveis das mulheres captadas pelas variáveis de controle. Quando estas são levadas em consideração, as mulheres dos décimos mais baixos possuem maior chance de estar desempregadas do que as dos décimos mais elevados. Para 1997, o padrão da TPFT observado é semelhante ao dos efeitos marginais dos décimos. Assim, a introdução das variáveis de controle não afeta consideravelmente a relação entre taxa de desemprego e os décimos em 1997. Portanto, podemos dizer que, mesmo após as estimações, permanece uma relação clara entre o décimo e a probabilidade da mulher estar desempregada em ambos os anos.

2.2.8 – Horas Trabalhadas por Semana

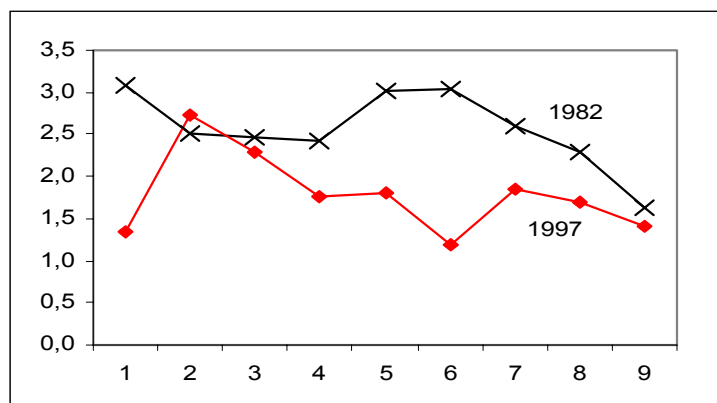
O Gráfico 2.10 apresenta a média de horas trabalhadas por semana das mulheres em 1982 e 1997. Primeiramente, notamos diferenças marcantes no comportamento de cada décimo ao longo do tempo. De modo geral, as mulheres até o sexto décimo trabalhavam, em média, menos horas em 1997 do que em 1982, sendo que a queda mais contundente se verifica para as mulheres do primeiro décimo. Por outro lado, as mulheres do sétimo décimo em diante experimentaram crescimento no número médio de horas trabalhadas, sendo o grupo do último décimo o mais afetado neste sentido (crescimento de 8,4%). Vale dizer que, na média, o número de horas trabalhadas para o conjunto das mulheres casadas aumentou, entre 1982 e 1997, de 36,4 para 36,7 horas.

Gráfico 2.10 – Horas Trabalhadas pelas mulheres casadas por décimo do salário do marido



Repetimos o exercício já realizado anteriormente para controlarmos pelo “efeito renda” nas horas trabalhadas. Neste caso, as regressões foram realizadas separadamente para 1982 e 1997 usando como variáveis de controle: anos de estudo, idade, idade², número de filhos, *dummies* regionais, *dummies* de posição na ocupação, *dummy* de informalidade e *dummies* de grupos de ocupação. O resultado completo das regressões está na Tabela A13 do Anexo. No Gráfico 2.11, ilustramos os coeficientes estimados dos decimos nas regressões de horas. O décimo omitido da regressão foi o mais elevado. Assim, o coeficiente associado ao décimo k se refere a qual seria o efeito (em termos de horas trabalhadas) se a mulher passasse do décimo mais elevado para o décimo k.

Gráfico 2.11 – Coeficientes estimados das *dummies* de Décimo - Horas Trabalhadas



Em 1982, os coeficientes estimados dos décimos seguem padrão distinto da média de horas trabalhadas sem imposição de nenhum controle (Gráfico 2.10). Além disso, percebemos que os maiores efeitos marginais estão associados ao décimo 1. Note que o fato dos efeitos marginais serem positivos está de acordo com o Gráfico 2.10, que mostra que as mulheres do décimo 10 trabalhavam, em média, menos horas que as demais.

Em 1997, a discrepância entre os coeficientes estimados e a correlação é ainda maior. Por exemplo, apesar do décimo 2 apresentar o maior efeito marginal sobre horas trabalhadas, as mulheres desta categoria não eram as que mais trabalhavam, e sim as do oitavo décimo. Novamente, o sinal dos efeitos marginais está de acordo com o resultado do Gráfico 2.10, pois nele, as mulheres do primeiro décimo trabalhavam menos horas que as do décimo 10 enquanto que as das demais categorias trabalhavam mais que as do último décimo. Assim, exceto para o primeiro décimo (que teve coeficiente positivo) o sinal do efeito marginal reflete o encontrado no Gráfico 2.10.

2.2.9 – Salário Real Horário

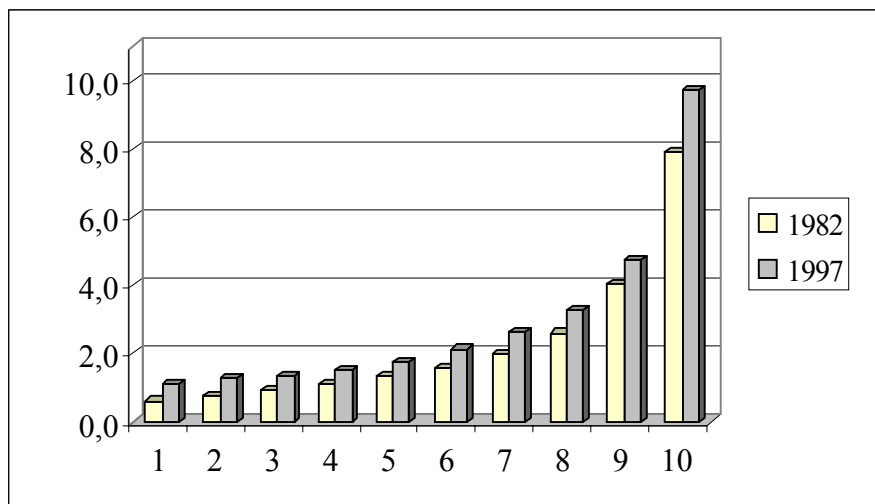
Outra variável de grande importância a ser analisada é o salário horário¹⁶. Neste caso, iremos confrontar os salários deflacionados, o que possibilitará comparar a evolução relativa de cada grupo ao longo do tempo¹⁷.

A análise do Gráfico 2.12 mostra a enorme desigualdade salarial entre as mulheres, de acordo com a posição do marido na distribuição salarial. Em 1982, as mulheres do último décimo ganhavam, em média, 13 vezes mais que as do primeiro e 9 vezes mais em 1997. Outro fato interessante é que, em 1982, no quinto décimo, o salário horário era aproximadamente o dobro do relativo ao primeiro décimo. Em 1997, porém, é o salário das mulheres do sexto décimo que correspondia a duas vezes o salário das mulheres do primeiro décimo. Podemos afirmar que são as mulheres do sétimo décimo em diante que são responsáveis por esta discrepância de renda entre décimos.

¹⁶ O salário horário foi obtido como a renda mensal de todos os trabalhos dividido por 4 x horas trabalhadas.

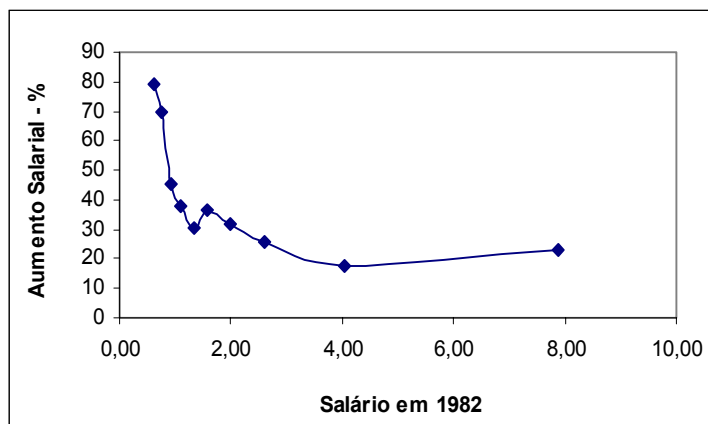
¹⁷ Os salários foram deflacionados pelo IPCA/IBGE e estão expressos em Reais de 1996.

Gráfico 2.12 – Salário Real Horário das mulheres casadas por décimo do salário do marido



Em todos os décimos, as mulheres obtiveram ganhos salariais reais, mas os maiores ganhos se concentraram nos décimos mais baixos (que possuíam menor salário horário), como mostra o Gráfico 2.13.

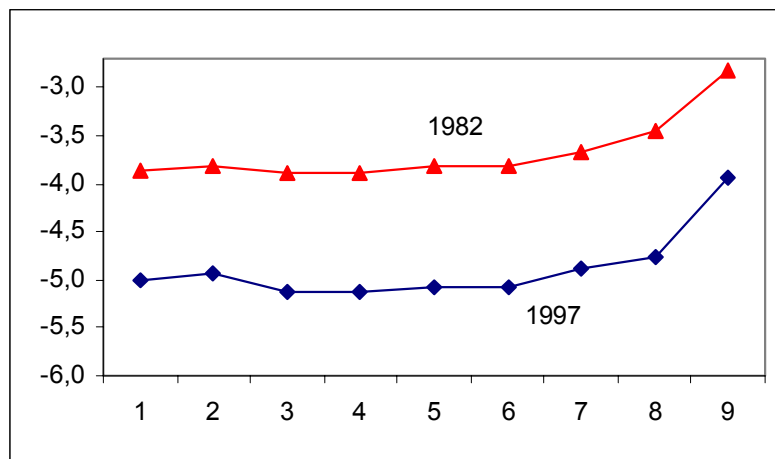
Gráfico 2.13 - Salário real horário em 1982 e aumento percentual 82-97



Ao tentar isolar o efeito renda referente ao salário horário feminino, o Gráfico 2.14 mostra os coeficientes estimados das regressões para os anos de 1982 e 1997. Novamente, o

resultado completo das regressões está no Anexo (Tabela A14).¹⁸

Gráfico 2.14– Coeficientes estimados das *dummies* de Décimo - Salário Horário



Neste caso, tanto para 1982 quanto para 1997, o sinal negativo dos coeficientes está de acordo com o observado anteriormente no Gráfico 2.12. Assim, esperamos que uma mulher de qualquer décimo ganhe, em média, menos do que as mulheres do décimo 10, mesmo controlando por suas características observáveis. A única ressalva é que os coeficientes dos dois primeiros décimos são maiores do que os dos décimos imediatamente posteriores. Ou seja, haveria uma perda *menor* de salário se as mulheres que saíssem do décimo 10 passassem para os décimos 1 e 2 do que para os décimos 3 ou 4. Deste modo, deve haver alguma característica particular das famílias nos dois primeiros décimos que gera este resultado.

2.2.10 – Renda Mensal de Todos os Trabalhos

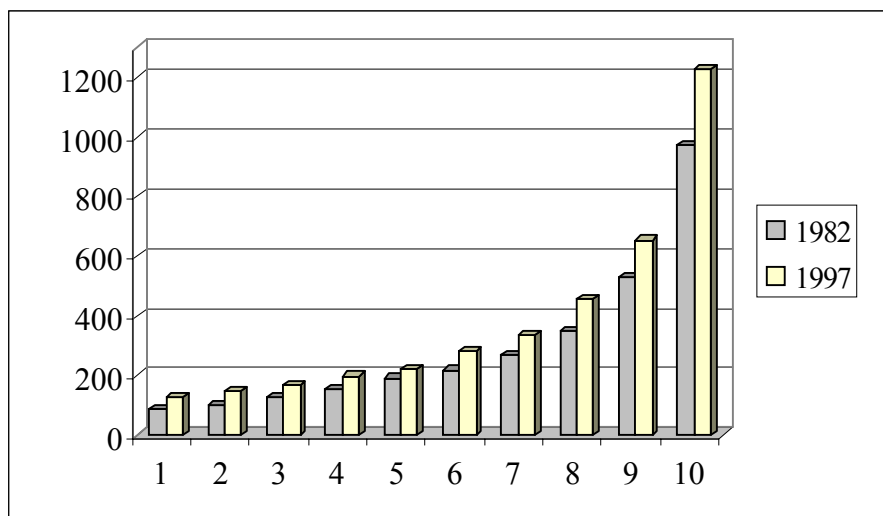
A partir de agora, analisaremos o comportamento nos dois períodos de tempo da variável renda mensal, definida como:

¹⁸ Tanto no caso de horas trabalhadas quanto no caso de salário real horário, as regressões foram realizadas excluindo-se as mulheres com horas e salário iguais a zero.

$$\text{Renda Mensal} = 4 \times \text{Salário Horário} \times \text{Horas Trabalhadas por Semana} \quad (1.5)$$

A primeira informação relevante é que houve aumento de cerca de 35% na renda mensal das mulheres casadas no período, passando de R\$ 323,80 para R\$ 436,43. O Gráfico 2.15, entretanto, mostra que esta evolução não foi uniforme entre os décimos.

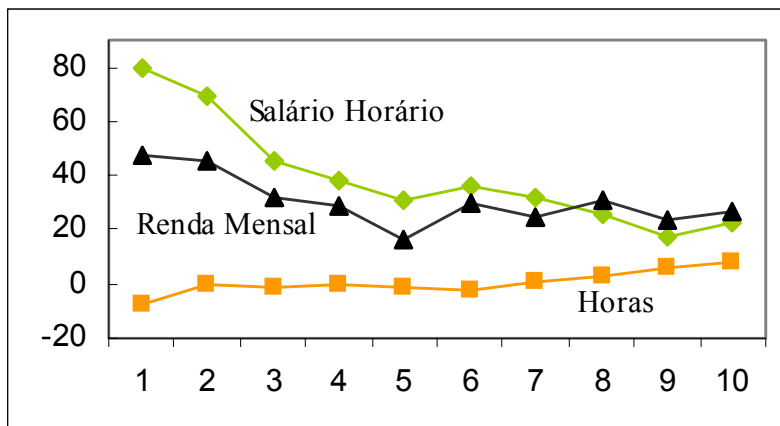
Gráfico 2.15 – Renda Mensal das mulheres casadas por décimo do salário do marido



As mulheres dos dois décimos inferiores experimentaram os maiores aumentos percentuais de renda (48% e 45%), respectivamente. Já as demais categorias apresentam crescimento de renda entre 23% e 32%, abaixo da média, portanto. A exceção é o quinto décimo, cuja renda aumentou, em média, apenas 16%.

Podemos aproveitar a discussão a respeito do comportamento da renda mensal para inferir o que ocorreu com a desigualdade de renda entre as mulheres dos diferentes décimos entre 1982 e 1997. Adicionalmente, podemos decompor a variação da renda mensal em cada décimo na parcela referente a variação nas horas trabalhadas e na parcela devida a alteração no salário horário para verificar qual destas variáveis teria contribuído para a redução ou para aumento da desigualdade.

Gráfico 2.16 - Variação da Renda Mensal, horas trabalhadas e salário horário de acordo com o décimo do salário do marido – em %



É interessante notar a forte relação negativa entre crescimento do salário horário e décimo, até o quinto décimo e, novamente, do sexto em diante. Desta forma, o salário horário nos mostraria uma tendência à *redução* na desigualdade de renda entre decimos. Por outro lado, o fato das mulheres dos decimos mais baixos terem experimentado redução de horas trabalhadas nos levaria a concluir que a contribuição desta variável seria no sentido de *elevação* da desigualdade. Já ao acompanharmos a variável renda mensal, percebemos queda contínua da taxa de crescimento até o quinto décimo. Daí em diante, entretanto, o efeito de um menor crescimento do salário horário é compensado pelo efeito de aumento das horas trabalhadas, fazendo com que a variação da renda mensal oscile sem nenhuma tendência definida de acordo com os decimos. Portanto, o maior crescimento da renda mensal das mulheres dos decimos mais baixos (até o décimo 3, pelo menos) impulsionado pelo forte crescimento do salário horário, contribuiu para redução da desigualdade de renda das mulheres casadas *interdecis*.

3 – Impacto das Mulheres na Evolução da Distribuição de Renda Brasileira

3.1 – Introdução

O forte processo de inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro nos últimos vinte anos ocorreu num período de acentuadas transformações estruturais da economia brasileira. A primeira metade da década de 80 foi marcada por um processo de ajustamento externo e por taxas crescentes de inflação. Na segunda metade dos anos 80, diversas tentativas de estabilização dos preços fracassaram, de modo que a taxa de inflação mensal chegou a cerca de 80% em março de 1990. Já os anos 90, se caracterizaram por um processo de abertura da economia e privatizações de empresas estatais. Após 1994, o Plano Real assegurou o início do processo de estabilização da economia. Apesar da profusão de fenômenos econômicos, a distribuição de renda brasileira ficou praticamente constante no período.

Diversos autores se preocuparam em apresentar a evolução da desigualdade de renda no caso brasileiro. Dentre estes, Barros, Henriques e Mendonça (2000) mostram o extremo grau de desigualdade de renda no Brasil se comparado a outros países no mundo e sua estabilidade entre 1977 e 1999. Por sua vez, Menezes-Filho (2001) analisa a evolução do debate acerca da importância da relação entre educação e desigualdade de renda desde o início dos anos 70 até a atualidade.

Apesar da desigualdade de renda ter permanecido praticamente constante nos últimos vinte anos (Barros, Henriques e Mendonça, 2000), podemos nos perguntar se a forte inserção das mulheres no mercado neste período – apontada, entre outros, por Scorzafave e Menezes-Filho (2001) – teve algum efeito sobre a evolução da distribuição da renda no Brasil. De outro modo, queremos saber qual foi a contribuição das mulheres na persistência do elevado grau de desigualdade. Será que as mulheres contribuíram para uma distribuição mais equânime, compensando a eventual tendência à elevação da desigualdade ocorrida entre os homens? Ou será que não houve diferença entre os sexos na contribuição

para a evolução da desigualdade? Deste modo, este capítulo tem como objetivo avaliar o impacto do aumento da taxa de participação feminina na evolução da desigualdade da renda familiar no Brasil entre 1982 e 1997.

Apesar dos últimos vinte anos terem sido um período marcado por estas duas tendências – aumento de participação e desigualdade constante – surpreendentemente há poucos estudos sobre a relação da inserção da mulher no mercado de trabalho e os seus efeitos sobre a distribuição de renda no caso do Brasil. Uma das exceções é o artigo de Ferreira e Litchfield (1996) que realiza a decomposição dinâmica do índice Theil-L para investigar quais as características dos domicílios ajudariam a explicar as mudanças na desigualdade de renda no período. Em particular, ao dividir a amostra em dois subgrupos – domicílios chefiados por mulheres e por homens - os autores concluem que praticamente toda a evolução da desigualdade de renda *não* pode ser explicada nem pela mudança na composição dos dois grupos (efeito alocação) e nem pela mudança na renda média relativa dos grupos (efeito renda). A quase totalidade da evolução da desigualdade é explicada pela mudança na desigualdade dentro dos grupos (efeito desigualdade puro).

3.2 – Evidências Preliminares

Antes de avaliarmos a contribuição das mulheres para a evolução da desigualdade, apresentamos algumas evidências preliminares sobre o papel da mulher na distribuição de renda em um determinado ponto no tempo. Para tanto, vamos calcular o que aconteceria com a desigualdade da renda familiar per capita em cada ano, se atribuíssemos renda zero para:

- a) as mulheres casadas com idade entre 25 e 64 anos (amostra de casadas do capítulo 2);
- b) para todas as mulheres casadas;
- c) para todas as mulheres,

e comparar com a distribuição de renda familiar per capita efetivamente observada em cada um dos períodos da amostra.¹⁹ Como medida de desigualdade de renda, utilizamos o coeficiente de Gini. Os resultados estão na Tabela 3.1:

Tabela 3.1 - Desigualdade da renda familiar per capita – Índice de Gini

	1982	1997
Renda observada	0,595	0,611
Renda das casadas 25-64 anos igual a zero	0,606	0,634
Renda das mulheres casadas igual a zero	0,611	0,643
Renda de todas mulheres igual a zero	0,627	0,663

Percebemos que à medida que excluímos da renda familiar a renda de um número cada vez maior de mulheres, há uma recorrente elevação no grau de desigualdade de renda. Ou seja, ao analisarmos um instante no tempo, concluimos que as mulheres, casadas ou não, contribuem para uma redução da desigualdade da renda familiar per capita em um dado período de tempo. Entretanto, este resultado não pode ser visto como definitivo, pois devemos ter cautela em considerar de maneira igual mulheres cuja renda imputamos igual a zero e mulheres cuja renda observada era igual a zero. Além disso, os resultados apontam somente para o papel da mulher na distribuição de renda em um contexto estático. Por fim, este cálculo não considera explicitamente o papel que a alteração da participação feminina teve sobre as *mudanças* da distribuição de renda entre 1982 e 1997.

3.3 – Revisão da Literatura e Metodologia

3.3.1 – Breve Revisão da Literatura

Durante a década de 70, a discussão sobre a decomponibilidade dos índices de desigualdade de renda de acordo com subgrupos, principalmente do índice de Gini, ganhou espaço na literatura²⁰. Entretanto, apenas no final da década, os trabalhos de Bourguignon

¹⁹ Obviamente, se as mulheres não tivessem renda, o engajamento dos outros membros da família no mercado de trabalho seria diferente. Nosso objetivo não é modelar este comportamento, mas somente saber a importância da mulher na distribuição da renda familiar em um ponto do tempo.

²⁰ Ver Fei, Ranis e Kuo (1978).

(1979) e Shorrocks (1980, 1982) buscaram investigar quais medidas de distribuição de renda teriam a propriedade de serem decomponíveis. Mais especificamente, Shorrocks (1982) estabelece alguns axiomas básicos que deveriam ser respeitados por qualquer índice candidato a ser decomponível na desigualdade entre grupos e na desigualdade dentro dos grupos, em um determinado período de tempo. O autor mostra que, se esses axiomas forem respeitados, a parcela da desigualdade de responsabilidade do subgrupo i independe do índice de desigualdade escolhido.

Entretanto, a limitação destes métodos é que eles tentam decompor os índices de desigualdade em um determinado período do tempo, ou seja, realizam apenas uma decomposição estática. Entretanto, Mookherjee e Shorrocks (1982) superaram esta dificuldade e propõem uma decomposição exata dos índices de desigualdade para avaliar a contribuição dos diferentes fatores na evolução da desigualdade.

Ferreira e Litchfield (2001) aplicaram esta metodologia para o caso brasileiro. Entretanto, não encontraram efeito significativo de mudança no número de domicílios chefiados por mulheres na evolução da desigualdade de renda. Contudo, os autores não tratam explicitamente da participação das mulheres casadas, pois realizam desagregações em termos domiciliares, separando os domicílios de acordo com tipos de família e com o sexo do chefe, entre outras.

Cancian e Reed (1998) também procuram calcular o impacto da renda das mulheres na evolução da desigualdade. Entretanto, as autoras salientam que a realização deste exercício passa por uma clara definição *a priori* do que entendemos por “impacto”. A idéia é que só se poderia avaliar se uma particular fonte de renda contribui para a evolução da desigualdade se houvesse algum parâmetro de comparação. Esta referência seria fornecida através da construção de distribuições de renda contrafactuais, permitindo a estimação do efeito de cada fonte de renda na evolução da desigualdade. Ao utilizar a decomposição do coeficiente de variação apenas para uma amostra de casais, elas encontram evidência de que a evolução da distribuição de renda feminina contribuiu para reduzir a desigualdade de renda americana.

Reed e Cancian (2001) tentam superar a limitação de só trabalhar com o coeficiente de variação e propõe uma metodologia diferente. Em cada período, elas dividem as mulheres que possuem renda em 1000 grupos de acordo com a posição das mesmas na distribuição de renda feminina e calculam a renda média de cada grupo. Com isso, elas podem imputar a distribuição de renda feminina referente a um ano no outro, o que permitiria saber o efeito sobre a distribuição da renda domiciliar exclusivamente decorrente da mudança na distribuição de renda das mulheres no período.²¹ Elas ratificam os resultados anteriores de contribuição das mulheres para diminuição da desigualdade na renda familiar. Concluem, por exemplo, que se a distribuição de renda feminina no período 1969 a 1999 não tivesse se alterado, o coeficiente de Gini teria crescido 33% ao invés dos 21% observados. Por outro lado, adotando metodologia semelhante, Burtless (1999) conclui que a evolução da desigualdade feminina não teve efeito na mudança da desigualdade de renda americana entre 1979 e 1999.

Entretanto, o fato de que as mulheres em geral obtiveram forte crescimento na participação entre 1982 e 1997 nos faz investigar, em nível individual, o efeito das mulheres na distribuição de renda. Além disso, nossa análise permite considerarmos o papel não só das mulheres chefes de família, mas também das casadas, o que consiste em uma vantagem relativamente ao trabalho de Ferreira e Litchfield (2001). Da mesma forma, Cancian e Reed (1998) também utilizam somente o coeficiente de variação como medida de desigualdade, além de adotarem somente uma amostra de casais, o que não reflete todos os possíveis arranjos familiares que podem influenciar na determinação da desigualdade de renda do país como um todo. Por outro lado, nenhum dos estudos citados leva em consideração os indivíduos que não tem renda. Ou seja, para se calcular o impacto das mulheres na distribuição de renda, trabalham apenas com aquelas mulheres que possuem renda (Burtless, 1999; Cancian, 2001; Fournier, 1999).

²¹ Para outros trabalhos que empregam metodologia semelhante, ver Burtless (1999) e Fournier (1999).

3.3.2 - Metodologia

Para avaliarmos o impacto da participação feminina na distribuição de renda brasileira, adotamos a seguinte metodologia, baseada em Ferreira e Barros (1999). Primeiramente, estimamos a probabilidade condicional das mulheres trabalharem para os anos de 1982 e 1997, através de um modelo Probit:²²

$$Y = Z\gamma + u \quad (3.1)$$

onde Y é uma variável *dummy* que assume o valor 1 para as mulheres que trabalham e auferem renda; Z é um vetor de covariadas que inclui idade, idade², anos de estudo, número de filhos, uma *dummy* indicando indivíduos de cor branca e *dummies* regionais; γ é um vetor de parâmetros a serem estimados e u é o termo de erro aleatório.

Com os resultados da estimação, calculamos para cada mulher nos dois períodos a probabilidade dela estar trabalhando:

$$P_{82} = \Phi(Z_{82}\hat{\gamma}_{82})$$

$$P_{97} = \Phi(Z_{97}\hat{\gamma}_{97})$$

Em seguida, calculamos qual seria a probabilidade de uma mulher em 1997 estar trabalhando, dadas suas próprias características observáveis, mas os coeficientes referentes a 1982. Ou seja, se as características das mulheres de 1997 fossem remuneradas aos coeficientes de 1982, qual seria a probabilidade delas trabalharem? Assim, obtemos uma probabilidade simulada para todas as mulheres da amostra em 1997

$$PS_{97} = \Phi(Z_{97}\hat{\gamma}_{82})$$

²² A amostra de compreendeu as mulheres entre 25 e 64 anos.

Assim, conseguimos saber qual teria sido a probabilidade de participação feminina se o retorno às características observáveis ficasse constante no período. É óbvio que os valores de P_{97} e PS_{97} são diferentes. Além disso, já sabemos de antemão quais mulheres trabalhavam em 1997 e quais não. Então, construímos um conjunto de regras de decisão que permitem “selecionar” as mulheres que trabalhariam em 1997 aos preços de 1982, a fim de calcular o efeito da variação da participação feminina na distribuição de renda.

Para cada mulher que efetivamente trabalhava em 1997:

- a) se $PS_{97} > P_{97}$, assumimos que a mulher trabalha
- b) se $PS_{97} < P_{97}$, atribuímos um número aleatório (NA) no intervalo $[0, P_{97}]$:
 - b1) Se $PS_{97} < NA$, assumimos que a mulher não trabalha
 - b2) Se $PS_{97} > NA$, assumimos que a mulher trabalha.

Para cada mulher que não trabalhava em 1997:

- a) se $PS_{97} < P_{97}$, assumimos que a mulher não trabalha
- b) se $PS_{97} > P_{97}$, atribuímos um número aleatório (NA) no intervalo $[P_{97}, 1]$:
 - b1) Se $PS_{97} < NA$, assumimos que a mulher não trabalha
 - b2) Se $PS_{97} > NA$, assumimos que a mulher trabalha.

Com isso, montamos uma amostra de mulheres trabalhadoras em 1997, levando em consideração os coeficientes estimados em 1982.

O último passo da metodologia atribui uma renda para as mulheres que não têm, ou seja, para aquelas que não trabalhavam, mas que a regra de decisão designou como trabalhadoras. Para tanto, estimamos uma regressão da renda mensal de todos os trabalhos contra um conjunto de covariadas para mulheres em 1997. Com os coeficientes estimados e a variância estimada do resíduo, imputamos uma renda para as mulheres que não tinham renda em 1997.

Portanto, o emprego desta metodologia nos permitiu construir uma amostra

“simulada” de mulheres com renda positiva para o ano de 1997. Com base nessa amostra e nos resultados efetivamente verificados em 1997 é que calculamos o efeito do aumento da participação feminina na evolução da distribuição de renda brasileira.

A avaliação do impacto das mulheres sobre a distribuição de renda pode ser captada através da utilização de medidas de desigualdade de renda com propriedades diferenciadas. A seguir, apresentamos a definição de cada uma das que utilizamos bem como as diferenças entre as mesmas (Litchfield, 1999). Um primeiro conjunto de medidas que utilizamos são as chamadas Medidas de Entropia Generalizada, cuja forma geral é:

$$GE(a) = \frac{1}{a^2 - a} \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{y_i}{\bar{y}} \right)^a - 1 \right]$$

Onde n é o número de indivíduos da amostra, y_i é a renda de cada indivíduo, \bar{y} a renda média. Quanto mais próximo de zero o valor de GE(a), mais igualitária a distribuição de renda. Quanto mais próximo de zero estiver o parâmetro a, GE é mais sensível à mudanças na cauda inferior da distribuição. Quanto maior o valor de a, GE é mais sensível à mudanças na cauda superior da distribuição. Para a=0 e a=1, aplicamos a regra de l'Hopital, gerando os índices de desigualdade de Theil:

1) Theil – L ou log do desvio médio $GE(0) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \frac{y_i}{\bar{y}}$

2) Theil – T $GE(1) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{y_i}{\bar{y}} \right) \log \frac{y_i}{\bar{y}}$

Para a=2, GE é a metade do quadrado do coeficiente de variação. Assim, podemos escrever:

3) Coeficiente de Variação $CV = \frac{1}{\bar{y}} \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2 \right]^{\frac{1}{2}}$

Adicionalmente, calculamos o índice de Gini e o desvio padrão do log da renda, que não são medidas de entropia generalizada:

4) Coefficiente de Gini

$$Gini = \frac{1}{2n^2 y} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_i - y_j|$$

5) Desvio Padrão do Log da Renda

$$DP = \frac{1}{\sqrt{n}} \left[\sum_{i=1}^n \left(\log y_i - \frac{1}{n} \left(\sum_{i=1}^n \log y_i \right) \right)^2 \right]^{1/2}$$

3.3.3 – Medidas de Renda

A partir dos resultados da simulação referente ao impacto da mudança da participação feminina na renda de todos os trabalhos das mulheres, vamos construir outras medidas de renda, de modo a termos uma visão mais completa deste fenômeno. Desta forma, iremos adotar três medidas diferentes de renda: a renda familiar per capita, definida como a renda de todas as origens de todos os indivíduos da família (exceto pensionistas, empregadas domésticas e parentes de empregadas domésticas, de acordo com a classificação da PNAD) dividida pelo número de membros da família; a renda familiar equivalente, em que procuramos contabilizar possíveis economias de escala pelo fato de que as pessoas vivendo numa mesma família dividem recursos. Assim, a renda equivalente divide a renda de todas as fontes pela raiz quadrada do número de residentes. Por fim, também utilizamos a renda de todos os trabalhos para todos os indivíduos com renda do trabalho positiva, que capta os aspectos mais relacionados ao mercado de trabalho sem se preocupar com aspectos distributivos intradomiciliares, bem como outras fontes de rendimento.

3.4 – Dados e Resultados

Para o cálculo da renda familiar per capita e da renda familiar equivalente, nossos dados incluem, inicialmente, informações de todas as famílias cuja idade do chefe (ou do cônjuge) esteja entre 25 e 64 anos em 1982 e 1997. Como já mencionamos, neste caso, a medida de renda que utilizamos inclui não somente a proveniente do trabalho mas as rendas das demais origens (aluguéis, pensões, aposentadorias, etc.).

Já para a análise referente à renda individual, utilizamos apenas a renda do trabalho de todas as mulheres com idade entre 25 e 64 anos pertencentes à famílias cuja idade do chefe ou cônjuge estivesse nesse mesmo intervalo.

3.4.1 – Análise Descritiva dos Dados

Primeiramente, iremos analisar os dados a respeito da distribuição de renda considerando as duas medidas de renda familiar calculadas para os indivíduos com renda familiar positiva.²³

Os dados mostram que os indivíduos do percentil 1 experimentaram redução real de renda no período da ordem de 6%. O rendimento familiar per capita mediano, por sua vez, aumentou 36,4%. Com relação à renda equivalente, constatamos uma relação direta entre os percentis e o crescimento percentual da renda no período. Vale destacar, novamente, a queda de renda real da ordem de 13% para os indivíduos do primeiro decil. Em ambos os períodos, constatamos uma forte desigualdade de renda, que pode ser observada através do elevado índice de Gini. Além disso, houve ligeiro aumento da desigualdade da renda familiar no período nas duas medidas de renda.

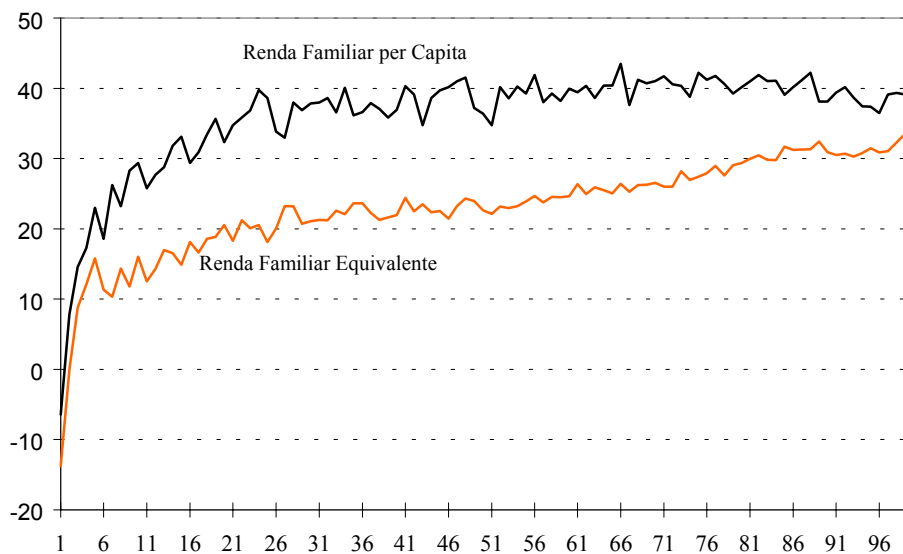
Tabela 3.2 - Estatísticas relativas à renda familiar - 1982 e 1997

	Indivíduos com Renda Familiar positiva					
	Renda familiar per capita			Renda familiar equivalente		
	1982	1997	Variação	1982	1997	Variação
1%	8,44	7,90	-6,4	21,98	18,96	-13,8
5%	15,41	18,96	23,0	39,56	45,81	15,8
10%	21,98	28,44	29,4	54,80	63,58	16,0
25%	41,03	56,87	38,6	98,30	116,11	18,1
50%	85,72	116,90	36,4	193,20	236,97	22,7
75%	177,73	252,76	42,2	386,51	492,53	27,4
90%	378,06	522,09	38,1	764,91	1001,47	30,9
95%	608,27	835,70	37,4	1189,67	1563,98	31,5
99%	1362,77	1895,74	39,1	2555,76	3412,32	33,5
Média	170,86	239,32	40,1	351,66	454,78	29,3
Gini	0,592	0,599	1,1	0,557	0,575	3,3

²³ Os valores estão em Reais de 1996 e foram deflacionados pelo IPCA/IBGE.

Como forma alternativa de avaliar a mudança da renda em todos os percentis, construímos o Gráfico 3.1, que apresenta a evolução percentual da renda familiar per capita e da renda familiar equivalente para todos os percentis da distribuição entre 1982 e 1997. Em relação a renda familiar per capita, notamos que há uma relação positiva entre os percentis e a variação observada na renda até o percentil 20. A partir daí, a evolução oscila entre 30% e 40%. Portanto, os 20% mais pobres experimentaram um menor crescimento da renda familiar per capita, ficando numa situação relativamente pior aos demais, o que explica o sensível aumento no coeficiente de Gini no período. Já no que diz respeito à renda familiar equivalente, a relação positiva entre percentis e crescimento da renda ocorre até o percentil 100, o que explica a elevação do índice de Gini de 0,557 para 0,575, mais acentuada do que a verificada para a renda familiar per capita.

Gráfico 3.1 - Evolução da Renda Familiar per Capita e Equivalente por Percentis



Uma outra alternativa de análise é restringir a amostra apenas aos indivíduos com renda *individual* positiva e analisar a renda familiar per capita e equivalente dos mesmos. Desta forma, procuramos captar os reflexos da efetiva entrada no mercado de trabalho sobre os indivíduos que o fizeram. Ao utilizar esta amostra mais reduzida, percebemos que os resultados mostrados na Tabela 3.3 diferem dos anteriores. A queda real da renda familiar per capita no primeiro percentil é substituída por crescimento, porém de menor magnitude que o dos demais. Os números referentes à renda equivalente são semelhantes.

Este resultado demonstra que os indivíduos dos percentis mais baixos são os mais afetados pela ausência de alguma fonte de renda, já que ao serem incluídos, alteram significativamente a evolução da renda do seu percentil. Por exemplo, excluindo os indivíduos sem qualquer fonte de renda, o crescimento da renda cai de 11,8 % para – 6,4 % para os indivíduos do primeiro centésimo da distribuição. Deve-se observar, entretanto, que os indivíduos que compõe o primeiro centésimo da distribuição da renda familiar per capita podem estar em outros centésimos ao calcularmos a distribuição apenas com os indivíduos com renda positiva.

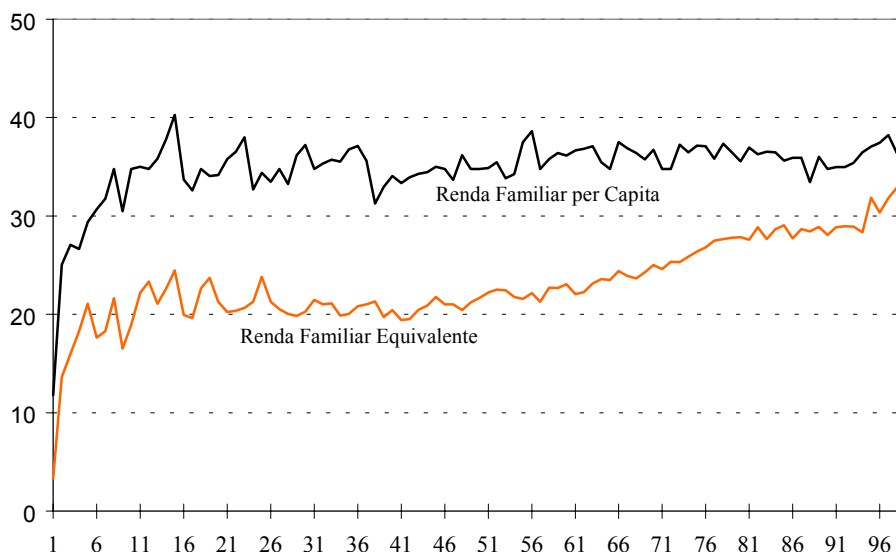
Tabela 3.3 - Estatísticas relativas à renda familiar - 1982 e 1997

Indivíduos com Renda Individual e Familiar positivas						
	Renda Familiar per capita			Renda Familiar equivalente		
	1982	1997	Variação	1982	1997	variação
1%	11,30	12,64	11,8	27,52	28,44	3,3
5%	21,98	28,44	29,4	50,76	61,47	21,1
10%	31,65	42,65	34,8	72,29	85,98	18,9
25%	58,78	78,99	34,4	129,89	160,86	23,8
50%	117,23	157,98	34,8	249,30	303,32	21,7
75%	240,06	329,23	37,1	483,77	611,41	26,4
90%	492,36	663,51	34,8	943,66	1208,53	28,1
95%	774,14	1060,98	37,1	1437,57	1895,74	31,9
99%	1699,80	2369,67	39,4	2968,61	4008,62	35,0
Média	224,31	307,74	37,2	434,54	556,96	28,2
Gini	0,575	0,581	1,0	0,539	0,557	3,3

Se apresentarmos a variação das medidas entre 1982 e 1997 para todos os percentis, percebemos, novamente, que os decis inferiores experimentaram os menores aumentos de renda. Destacamos que, no caso da renda familiar equivalente, entre os percentis 3 e 50, há um aumento da ordem de 20% e, a partir daí, uma contínua elevação da taxa, chegando a 35% no percentil 99.

Desta forma, quando excluimos da análise os indivíduos que não auferem renda, os resultados continuam apontando para um ligeiro aumento da desigualdade expressa no índice de Gini e nos resultados mostrados pelo Gráfico 3.2.

Gráfico 3.2 - Evolução da Renda Familiar per Capita e Equivalente por Percentis Indivíduos com Renda Positiva



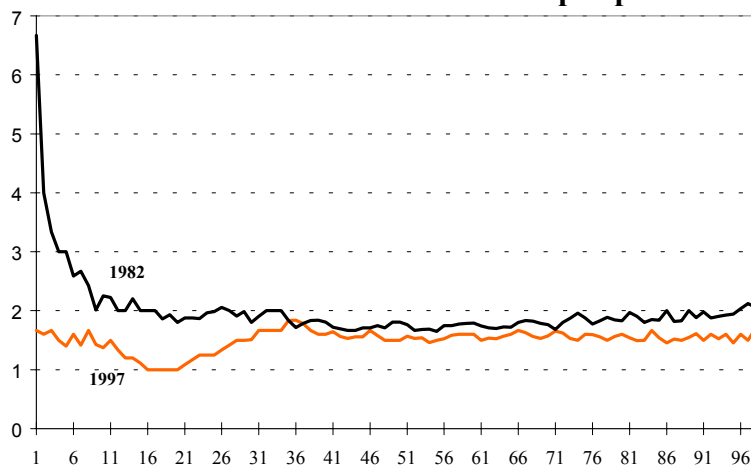
O cálculo da renda familiar é realizado através da agregação da renda individual de todos os membros da família. Desta forma, é importante apontarmos as mudanças ocorridas na renda individual das mulheres, para que possamos ter uma idéia mais clara da relação entre mudanças na renda individual e na familiar. Portanto, iremos analisar agora o comportamento da renda *individual* das pessoas que auferiam algum tipo de renda, desagregando a análise por sexo, o que também nos permite verificar a evolução do diferencial de salários entre homens e mulheres. Primeiramente, percebemos que as mulheres ganhavam menos que os homens em ambos os anos em todos os percentis. Entretanto, o diferencial de renda entre homens e mulheres caiu fortemente no período, já que em todos os percentis, o crescimento da renda feminina foi bem superior ao da renda dos homens. Por exemplo, enquanto a renda mediana das mulheres cresceu 30%, a dos homens cresceu apenas 8%. Esse padrão é semelhante ao encontrado por Reed e Cancian (2001) para os Estados Unidos, em que, no mesmo período, a renda mediana dos homens permaneceu constante enquanto que a das mulheres cresceu cerca de 25%.

Tabela 3.4 - Estatísticas relativas à renda de todas as fontes por sexo - 1982-1997

	Mulheres			Homens		
	1982	1997	variação	1982	1997	variação
1%	2,64	14,22	439,0	17,58	23,70	34,8
5%	17,58	47,39	169,5	52,75	66,35	25,8
10%	35,17	75,83	115,6	79,13	104,27	31,8
25%	70,82	113,74	60,6	140,67	142,18	1,1
50%	146,02	189,57	29,8	263,76	284,36	7,8
75%	281,35	379,15	34,8	527,52	606,64	15,0
90%	584,67	853,08	45,9	1099,01	1374,41	25,1
95%	905,58	1402,84	54,9	1758,42	2037,92	15,9
99%	2022,18	2843,60	40,6	4185,03	4739,34	13,2
Média	267,14	384,64	44,0	514,62	603,43	17,3
Gini	0,564	0,567	0,5	0,578	0,586	1,4

É interessante notar que esta redução do diferencial salarial ocorreu em praticamente todos os percentis, mas foi mais acentuada para homens e mulheres de menor renda, como mostra o gráfico abaixo. Assim, enquanto a renda de um homem no percentil 1 era mais de 6 vezes maior que a das mulheres do mesmo percentil em 1982, em 1997, a diferença era de 1,7 vezes. Vale ressaltar que, para 1997, nos percentis mais próximos ao valor do salário mínimo (16 a 21), há uma redução do diferencial de renda entre homens e mulheres. Este efeito também ocorre em 1982, mas é menos pronunciado, já que enquanto os homens do percentil 27 (da distribuição de renda masculina) ganhavam o salário mínimo, eram as mulheres do percentil 49 da distribuição feminina que percebiam tal remuneração.

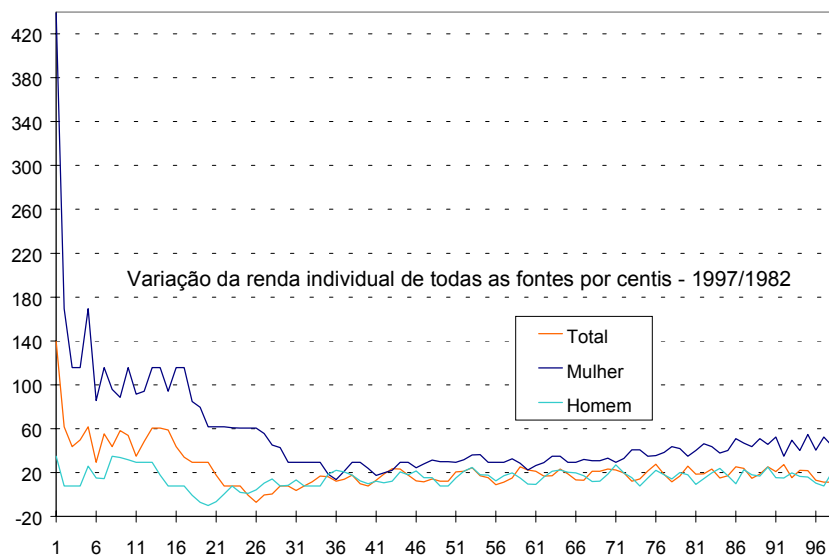
Gráfico 3.3 – Diferencial de Renda Homem/Mulher por percentis – 1982 e 1997



Ainda com base nos dados da Tabela 3.4, podemos perceber que o coeficiente de Gini era ligeiramente menor entre as mulheres do que entre os homens em 1982. Além disso, a concentração de renda aumentou mais entre os homens do que entre as mulheres. Entretanto, a magnitude destes aumentos foi muito pequena. A análise do gráfico da variação percentual da renda de acordo com os percentis pode nos fornecer uma indicação mais clara do comportamento da renda dos indivíduos de cada percentil.

O fato mais marcante deste gráfico é o elevado aumento percentual da renda das mulheres dos percentis mais baixos (até aproximadamente o percentil 30). Além disso, também podemos visualizar por este gráfico a redução do diferencial salarial entre homens e mulheres no período.

Gráfico 3.4 - Variação na Renda Individual dos Indivíduos com Renda Positiva 1982/1997



A princípio, os resultados apresentados apontariam para uma queda da desigualdade tanto entre homens como entre as mulheres, fato que não estaria se refletindo no coeficiente de Gini. Para solucionar esta questão, calculamos, separadamente para homens e mulheres, a proporção da renda total acumulada pelos indivíduos de cada décimo da distribuição de renda e a renda média de cada décimo.

Tabela 3.5 - Proporção Acumulada de Renda por Décimos e Renda Média do Décimo - 1982/1997

Mulheres				
	1982		1997	
	Renda Média	% da Renda	Renda Média	% da Renda
1	19,27	0,77	41,85	1,39
2	50,80	2,19	99,82	2,60
3	73,30	2,89	113,74	4,17
4	97,22	3,28	122,28	1,93
5	134,13	5,12	169,41	4,59
6	169,92	5,89	221,06	5,29
7	218,27	9,73	285,71	7,47
8	289,83	8,8	398,73	10,30
9	441,11	16,58	639,87	15,96
10	1177,69	44,76	1754,00	46,31
Total	267,1437	----	384,6365	----

Homens				
	1982		1997	
	Renda Média	% da Renda	Renda Média	% da Renda
1	51,43	1,33	63,26	1,08
2	101,14	2,04	113,43	1,93
3	141,40	3,45	148,05	2,52
4	181,76	3,47	206,83	3,72
5	231,27	3,85	264,78	4,4
6	292,33	6,45	343,52	6,24
7	386,50	6,29	448,93	6,02
8	531,13	12,37	623,36	12,17
9	830,32	14,35	978,24	14,09
10	2398,99	46,41	2844,12	47,84
Total	514,619	----	603,429	----

No caso das mulheres, os dados da Tabela 3.5 mostram que, apesar da renda média das mulheres do primeiro décimo ter crescido cerca de 117% no período, a parcela da renda total apropriada por tais mulheres cresceu apenas de 0,77% para 1,4% da renda total das mulheres. Já as mulheres dos décimos intermediários (4 ao 7) tiveram redução na parcela da renda apropriada pelas mesmas. Por fim, as mulheres dos décimos 8 e 10 tiveram aumento na parcela de renda apropriada pelas mesmas. Desta forma, o ligeiro aumento do índice de Gini das mulheres ocorreu, pois apesar do forte aumento percentual da renda dos

décimos inferiores, o valor da renda destes décimos ainda era pequeno, gerando uma baixa proporção da renda total apropriada por tais mulheres²⁴.

3.4.2 – Resultado da Simulação

Feita a análise descritiva dos dados, passamos a apresentar os resultados da simulação discutida na seção 3.3. Primeiramente, apresentamos os resultados da estimação do modelo de participação feminina no mercado de trabalho para 1982 e 1997, conforme a equação (3.1).

Tabela 3.6 – Probabilidade da Mulher Trabalhar – 1982 – 1997

	1982			1997		
	Efeito Marginal	Coefficiente	Desvio-Padrão	Efeito Marginal	Coefficiente	Desvio-Padrão
Educação	0,024	0,063	7,6E-05	0,025	0,063	5,5E-05
Idade	0,049	0,128	2,3E-04	0,057	0,142	1,8E-04
Idade²	-0,001	-0,002	2,7E-06	-0,001	-0,002	2,1E-06
Nº de Filhos	-0,026	-0,068	1,4E-04	-0,019	-0,048	1,6E-04
Norte	0,032	0,084	1,8E-03	0,059	0,149	1,2E-03
Nordeste	0,053	0,138	7,1E-04	0,062	0,156	5,7E-04
Centro-Oeste	-0,029	-0,078	1,2E-03	0,012	0,029	8,8E-04
Sul	0,088	0,227	7,8E-04	0,088	0,222	6,4E-04
Branco	-0,089	-0,235	6,3E-04	-0,039	-0,097	5,0E-04
Constante		-2,638	4,6E-03		-2,925	3,6E-03
Pseudo-R²		0,0614			0,0699	

OBS 1: Todos os coeficientes foram significativos a 1%.

Cabe destacar o resultado negativo para o coeficiente da *dummy* branco. Ou seja, as mulheres brancas têm menor probabilidade de estar trabalhando relativamente às demais.

²⁴ Fortin e Lemieux (2000) mostram que se a desigualdade de renda de todas as fontes tiver permanecido constante, qualquer ganho de renda para as mulheres deve ser compensado por perda de renda proporcional por parte dos homens. No nosso caso, o índice de Gini da renda é de 0,588 em ambos os anos e efetivamente encontramos redução do diferencial de salários em todos os percentis.

Em relação às dummies regionais, as mulheres do sudeste têm maior chance de não estar trabalhando, exceto com relação às do Centro-Oeste em 1982. Os demais coeficientes apresentam os sinais esperados.

Em seguida, realizamos o processo descrito pela regra de decisão para estabelecermos quais mulheres trabalhariam em 1997 se considerássemos os coeficientes relativos a 1982. Além disso, imputamos salários para as sem renda com base nos coeficientes e na variância estimada do erro aleatório, através da regressão cujos resultados estão na Tabela 3.7.

Tabela 3.7 – Regressão do Log da Renda Mensal – 1997

	Coeficiente	Desvio Padrão
Educação	0,128	2,1E-04
Idade	0,064	2,1E-04
Idade²	-0,001	2,5E-06
Idade*Educação	1,2E-04	5,2E-06
Nº de Filhos	-0,024	1,6E-04
Norte	-0,075	1,1E-03
Nordeste	-0,475	5,5E-04
Centro-Oeste	-0,055	8,4E-04
Sul	-0,013	6,1E-04
Urbana	0,293	7,3E-04
Metropolitana	0,275	4,7E-04
Constante	2,860	4,6E-03
R²	0,507	
OBS: Todos os coeficientes são estatisticamente significativos a 1%		

Desta forma, construímos uma amostra de mulheres com idade entre 25 e 64 anos em 1997 todas com renda positiva. A partir daí, realizamos uma série de exercícios de simulação procurando saber o efeito do aumento da participação feminina sobre a distribuição:

- a) da renda individual
- b) da renda familiar per capita
- c) da renda familiar equivalente.

As simulações referentes foram feitas para três diferentes amostras:

- I) mulheres com idade entre 25 e 64 anos com renda correspondente (do trabalho, per capita ou equivalente) positiva;
- II) homens e mulheres com idade entre 25 e 64 anos e renda correspondente positiva;
- III) homens e mulheres com renda correspondente positiva.

No que diz respeito às simulações referentes à renda familiar per capita e equivalente, cabe ressaltar uma possível limitação da metodologia que estamos empregando, relacionada à questão de endogeneidade entre a renda familiar e a decisão de participação da mulher no mercado de trabalho. Por um lado, a renda familiar pode influenciar a decisão de entrada ou não da mulher no mercado de trabalho. Por outro, a própria participação feminina pode contribuir para elevar a renda familiar. Contudo, feitas estas considerações sobre a possível existência de endogeneidade, assumimos que a participação da mulher no mercado de trabalho é exógena.

A Tabela 3.8 apresenta os resultados das simulações referentes à renda individual de todos os trabalhos. A tabela é dividida em três partes de acordo com as amostras I, II e III, citadas anteriormente, utilizadas para o cálculo dos coeficientes. Em cada parte da tabela, as linhas 1 e 2 mostram os valores efetivamente verificados das diferentes medidas de desigualdade em 1982 e 1997, respectivamente, enquanto que a linha 3 apresenta o resultado das simulações do efeito da alteração da participação feminina sobre a distribuição de renda no período. Mais especificamente, como seria a distribuição de renda em 1997 se as características observáveis das mulheres fossem avaliadas aos coeficientes de 1982.

Assim, se por exemplo compararmos a distribuição de renda simulada e a efetivamente observada em 1997, a única diferença entre elas é o retorno às características observáveis. Portanto, se a desigualdade simulada for maior que a verificada, significa que a alteração do retorno às características observáveis das mulheres entre 1982 e 1997 contribuiu para a redução da desigualdade de renda, e vice-versa. Na Tabela 3.8, isto é expresso na linha “Contribuição” com ↓ quando a contribuição é no sentido de redução da desigualdade e ↑ caso contrário.

Tabela 3.8 - Desigualdade da Renda de Todos os Trabalhos

	CV	D.P. do log	Gini	Theil-T	Theil-L	GE(-1)
Amostra I						
1982	1,483	1,140	0,563	0,594	0,618	1,404
1997	1,551	1,065	0,565	0,620	0,594	1,118
Simulada 1997	1,587	1,083	0,572	0,637	0,612	1,170
Contribuição	↓	↓	↓	↓	↓	↓
Amostra II						
1982	1,608	1,077	0,564	0,619	0,595	1,206
1997	1,770	1,071	0,575	0,661	0,614	1,151
Simulada 1997	1,787	1,086	0,579	0,670	0,626	1,200
Contribuição	↓	↓	↓	↓	↓	↓
Amostra III						
1982	1,712	1,090	0,573	0,656	0,619	1,257
1997	1,872	1,071	0,581	0,689	0,626	1,163
Simulada 1997	1,883	1,080	0,583	0,695	0,634	1,190
Contribuição	↓	↓	↓	↓	↓	↓

Primeiramente, notamos que houve diferença na evolução da desigualdade dependendo do indicador adotado. Por um lado, CV, Gini e Theil-T mostram aumento na desigualdade de renda entre as mulheres de 25 a 64 anos. Por outro lado, DPLOG, Theil-L e GE(-1) sinalizam redução. Quando incorporamos na análise os homens de 25 a 64 anos, apenas GE(-1) e DPLOG continuam apontando redução da desigualdade, resultado que se mantém ao considerarmos todos os indivíduos com renda do trabalho positiva. No caso de GE(-1), a forte redução pode ser explicada pelo incremento substancial da renda do

trabalho das mulheres mais pobres, já apontado no Gráfico 3.4.

Além disso, os resultados mostram que independentemente da amostra e do índice de desigualdade adotado, a alteração dos coeficientes associados às características observáveis das mulheres em relação à atividade feminina contribuiu para a redução da desigualdade de renda. De outro modo, se o vetor $\hat{\gamma}$ não tivesse mudado entre 1982 e 1997, a desigualdade seria ainda maior.

Tabela 3.9 - Desigualdade da Renda Familiar per Capita

	CV	D.P. do log	Gini	Theil-T	Theil-L	GE(-1)
Amostra I						
1982	1,719	1,128	0,590	0,680	0,662	1,479
1997	1,749	1,133	0,590	0,690	0,664	1,389
Simulada 1997	1,741	1,123	0,587	0,685	0,656	1,342
Contribuição	↑	↑	↑	↑	↑	↑
Amostra II						
1982	1,840	1,128	0,592	0,697	0,667	1,525
1997	1,834	1,139	0,593	0,707	0,674	1,425
Simulada 1997	1,822	1,127	0,591	0,701	0,665	1,373
Contribuição	↑	↑	↑	↑	↑	↑
Amostra III						
1982	1,845	1,109	0,592	0,701	0,660	1,356
1997	1,890	1,156	0,599	0,723	0,692	1,486
Simulada 1997	1,878	1,144	0,596	0,717	0,682	1,430
Contribuição	↑	↑	↑	↑	↑	↑

Repetimos o mesmo exercício para as outras duas medidas de renda familiar. No caso da renda familiar per capita, houve aumento da desigualdade segundo todos os índices, exceto GE(-1) e Gini, quando consideramos a Amostra I. Entretanto, ao incorporarmos os homens entre 25 e 64 anos com renda familiar per capita positiva, Gini passa a indicar crescimento enquanto que CV aponta para queda da desigualdade. Com todos os indivíduos (Amostra III), todos os índices indicam aumento da desigualdade, inclusive GE(-1). Ou seja, quando a renda do trabalho das mulheres mais pobres é apenas mais um dos elementos

constituintes da medida de renda (juntamente com a renda de outros tipos e de outros membros, assim como o número de indivíduos da família), o forte crescimento da renda do trabalho experimentado pelas mulheres mais pobres não é suficiente para garantir queda da desigualdade da renda familiar per capita entre 1982 e 1997.

No que diz respeito às simulações, os resultados são opostos aos encontrados para a renda do trabalho. Em todos os indicadores e nas diferentes amostras, a alteração dos coeficientes da equação de atividade entre 1982 e 1997 contribuiu para aumentar a desigualdade de renda. Por exemplo, com a alteração, o coeficiente de Gini subiria de 0,596 para 0,599.

Tabela 3.10 - Desigualdade da Renda Familiar Equivalente

	CV	D.P. do log	Gini	Theil-T	Theil-L	GE(-1)
Amostra I						
1982	1,537	1,061	0,561	0,600	0,584	1,231
1997	1,611	1,080	0,569	0,630	0,607	1,164
Simulada 1997	1,603	1,070	0,567	0,625	0,599	1,128
Contribuição	↑	↑	↑	↑	↑	↑
Amostra II						
1982	1,571	1,055	0,561	0,603	0,582	1,248
1997	1,637	1,082	0,570	0,634	0,609	1,179
Simulada 1997	1,627	1,072	0,567	0,628	0,600	1,139
Contribuição	↑	↑	↑	↑	↑	↑
Amostra III						
1982	1,575	1,032	0,557	0,600	0,568	1,099
1997	1,688	1,091	0,575	0,650	0,621	1,208
Simulada 1997	1,677	1,080	0,572	0,643	0,612	1,165
Contribuição	↑	↑	↑	↑	↑	↑

A Tabela 3.10 apresenta os resultados correspondentes à renda familiar equivalente. Tanto no que diz respeito à evolução verificada da desigualdade quanto aos exercícios de simulação, os resultados são muito semelhantes aos encontrados para a renda familiar per capita. Deste modo, podemos afirmar que a diferente ponderação do número de pessoas na

família não exerce nenhuma influência importante nos resultados apresentados.

Uma forma alternativa de avaliarmos o efeito das simulações assim como visualizarmos as diferenças entre o peso que os diferentes índices de entropia atribuem às diferentes partes da distribuição é a comparação do crescimento *verificado* da renda média de cada centésimo da distribuição de renda com o crescimento *simulado*, ou seja, o crescimento que ocorreria caso os coeficientes da equação de participação não tivessem se alterado entre 1982 e 1997. Realizamos este exercício para a renda de todos os trabalhos e a renda familiar per capita para as amostras I, II e III, e os resultados são apresentados no Gráfico 3.5.

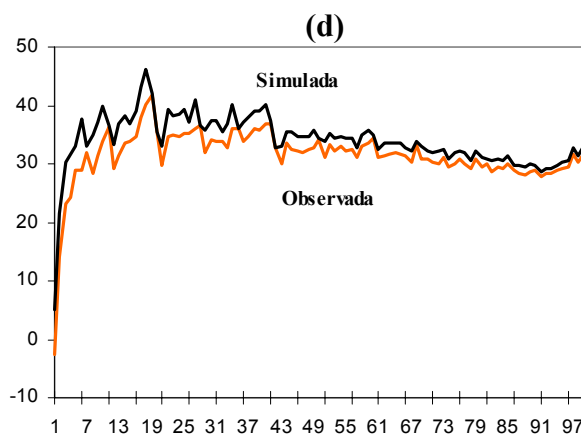
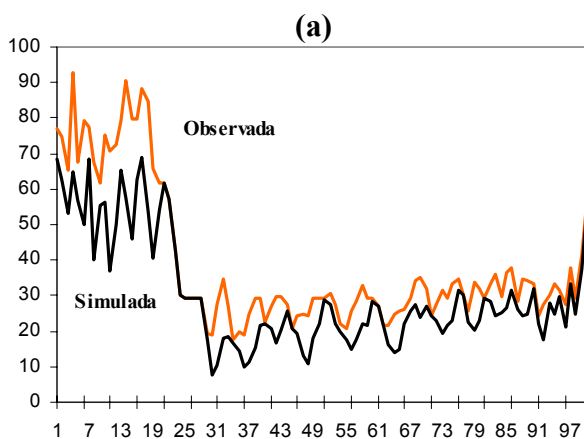
Os gráficos (a), (b) e (c) mostram a renda individual (de todos os trabalhos) média de cada centésimo de acordo com as amostras I, II e III, respectivamente. O gráfico (a) aponta o forte crescimento da renda para as mulheres até o centésimo 20, da ordem de 60% a 90%, efeito este que se reduz consideravelmente ao incorporarmos os homens de 25 a 64 anos na análise (gráfico b) e os indivíduos com mais de 64 e menos de 25 anos (gráfico c). Ao comparar os resultados observados e as simulações, confirmamos os resultados da Tabela 3.8. Particularmente, no gráfico (a), o menor crescimento da renda nos centésimos mais baixos sob a simulação do que no resultado efetivamente observado nos permite dizer que a alteração dos parâmetros da equação de participação entre 1982 e 1997 contribuiu para elevar a renda das mulheres mais pobres de modo maior que das demais, contribuindo desta maneira para a redução da desigualdade. Este mesmo fato também ocorre nos gráficos (b) e (c), embora em menor grau.

Gráfico 3.5 - Variação Percentual na Renda Individual de Todos os Trabalhos e Familiar per Capita Observada e Simulada - 1982/1997

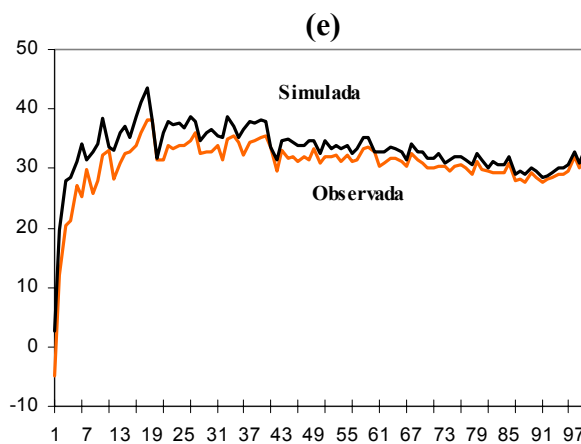
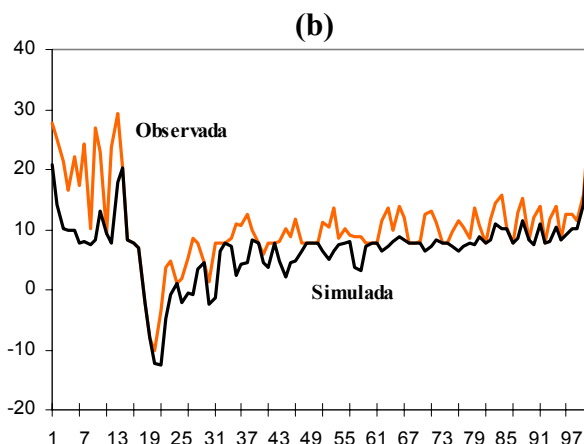
Renda do Trabalho

Renda Familiar per Capita

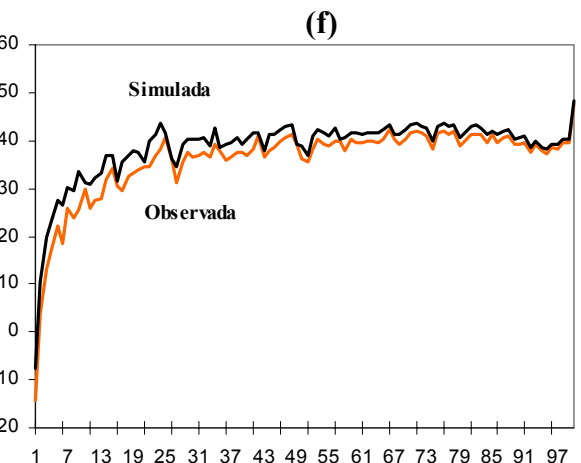
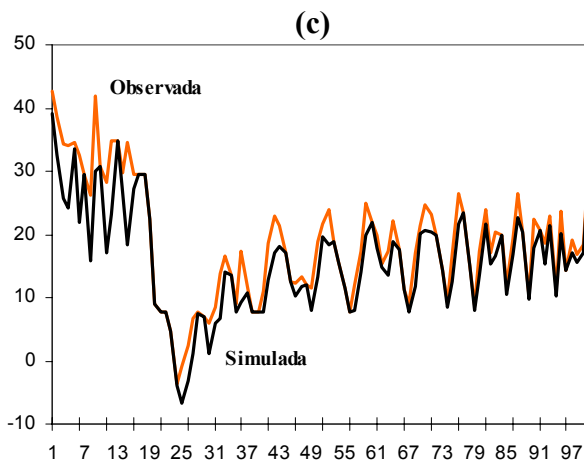
Amostra I



Amostra II



Amostra III



Por sua vez, os gráficos (d), (e) e (f), construídos para os centésimos da renda familiar *per capita* possuem formato semelhante nas três amostras. Há um baixo crescimento da renda nos centésimos mais baixos, sendo que os indivíduos nos centésimos seguintes apresentam crescimento, até a ocorrência de um pico no centésimo 19 para as amostras I e II e no centésimo 25, para a amostra III. A partir daí, há uma relativa estabilidade no crescimento da renda dos centésimos até o centésimo 98, ocorrendo então novo crescimento. Ao compararmos o resultado simulado com o observado, podemos dizer que a mudança dos coeficientes da equação de participação levaria a um menor crescimento da renda de todos os décimos. Porém, este processo seria mais acentuado para os indivíduos dos centésimos inferiores da distribuição. Desta maneira, os resultados dos gráficos (d), (e) e (f) apontam na mesma direção que os resultados da Tabela 3.9, isto é, de que a alteração da participação das mulheres contribuiu para o aumento da desigualdade da renda familiar *per capita* brasileira.

Os resultados opostos obtidos para a renda individual e para a renda familiar *per capita* indicam que ainda há diversas questões a serem respondidas e que devem ser tema integrante da agenda de pesquisa sobre a relação entre participação feminina e distribuição de renda. Ao tentarmos entender de que maneira as mulheres, especialmente as mais pobres, contribuíram para a geração da renda familiar, em que tipo de família elas estão inseridas (número de adultos, número de crianças, etc.) e qual a parcela da renda familiar gerada por elas, poderemos construir um quadro mais completo da influência das mulheres na evolução da distribuição de renda no Brasil.

Considerações Finais

Os anos 80 e 90 foram marcados por forte crescimento da atividade feminina no Brasil. Além desta mudança, ocorreram intensas alterações no perfil das mulheres brasileiras, muitas das quais destacadas no primeiro capítulo deste trabalho: redução da proporção de mulheres casadas e aumento da parcela de chefes de família, aumento da fração de mulheres residentes em áreas urbanas e redução do número médio de filhos. Além disso, houve elevação da escolaridade feminina.

De certa forma, todas estas tendências apresentam alguma relação com o comportamento das mulheres em relação ao mercado de trabalho. Deste modo, investigamos se o aumento da participação feminina teria acontecido em decorrência da mudança na composição dos grupos socioeconômicos ou devido a alterações na incidência da TPFT dentro dos grupos. Em quase todos os casos, a mudança ocorreu intragrupos. A exceção fica por conta da desagregação por grupos educacionais, pois, neste caso, a variação do tamanho relativo dos grupos responde por cerca de 40% da variação da TPFT feminina no período 1982-1997. Deste modo, políticas de incentivo à educação parecem ser mais efetivas no apoio ao maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Além disso, também pudemos identificar as mulheres que mais contribuíram para o crescimento da TPFT. De acordo com os recortes da amostra, as maiores contribuições vieram das mulheres: brancas ou cônjuges ou com 9 a 11 anos de estudo ou com 2 filhos ou com 35 a 39 anos. Estes resultados se alinham com os encontrados por Soares e Izaki (2002), que realizaram processo de decomposição muito semelhante ao aqui proposto²⁵. Eles concluíram que a mudança de escolaridade e o aumento da participação das cônjuges explicariam a maior parte da variação da TPFT feminina, sendo que urbanização e posição no domicílio explicariam pouco da mudança na TPFT devido a alteração na composição dos grupos.

²⁵ Cabe salientar a similaridade entre o primeiro capítulo deste trabalho e a seção 4 de Soares e Izaki (2002). Entretanto, só tomamos conhecimento deste trabalho em março de 2004, na fase final de realização da tese.

Dado o forte crescimento da participação das cônjuges no período, o capítulo 2 se concentrou no estudo das mulheres casadas, analisando a evolução de uma série de variáveis de acordo com o salário dos maridos. A escolha desta variável de corte foi bem sucedida, no sentido que revelou diferenças contundentes entre os décimos em todas as variáveis estudadas. Obtemos uma relação direta entre a educação das mulheres e o décimo da distribuição salarial ao qual seus respectivos maridos pertenciam. Além disto, esta relação ocorreu tanto em 1982 quanto em 1997. Em compensação, encontramos relação inversa entre o décimo e o número de filhos das mulheres. Ou seja, mulheres de maridos mais ricos tinham, em média, menos filhos do que mulheres de maridos mais pobres.

Analisando apenas as mulheres ocupadas, percebemos uma relação positiva entre o décimo em que se encontravam e a proporção de mulheres com carteira assinada. Além disso, houve uma convergência na proporção de mulheres com carteira assinada entre os décimos no período 1982-1997 para um patamar reduzido.

Relativamente ao grupo de ocupação das mulheres casadas, concluímos que houve uma migração entre atividades entre 1982 e 1997. No entanto, esta migração foi diferenciada entre os décimos. Nos décimos mais baixos, houve migração da agropecuária e da indústria de transformação para comércio e prestação de serviços. Nos décimos mais elevados, há saída de ocupações técnicas para o comércio. Por fim, nos décimos intermediários, a migração foi de ocupações na indústria de transformação para funções administrativas, comércio e de prestação de serviços.

O comportamento da TPFT nos dois períodos não apresentava um padrão muito claro, sendo que um dos resultados mais marcantes era a maior TPFT das mulheres do décimo 10, tanto em 1982 quanto em 1997. Entretanto, ao controlarmos pelo “efeito renda”, houve uma alteração nos padrões. Particularmente, as mulheres do décimo mais elevado apresentaram *menor* probabilidade de participação que as demais ao controlarmos por outras características observáveis das mulheres. Provavelmente, isto está ligado ao fato de que mulheres de maridos “ricos” têm menos incentivo para ingressar no mercado de

trabalho devido ao salário já elevado do cônjuge. Cabe ressaltar que este resultado contrasta com os encontrados por Leone (1999) e Ramos e Soares (1995), mas confirma os encontrados por Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e, em parte, os de Sedlacek e Santos (1991).

O desempenho da variável taxa de desemprego nos anos de 1982 e 1997 mostra algumas particularidades. Destacamos que as mulheres do sétimo décimo foram as que apresentaram as maiores taxas de desemprego. Em 1997, por sua vez, as maiores taxas de desemprego foram verificadas nos décimos 3 e 7. A média de horas trabalhadas das mulheres casadas permaneceu constante no período. Entretanto, o resultado entre os décimos foi bem diferente. Se por um lado, as mulheres até o sexto décimo tiveram redução nas horas trabalhadas, as demais passaram a trabalhar mais horas por semana, em média.

A variável salário real horário mostrou a profunda desigualdade existente entre mulheres casadas. Entretanto, pelo fato das mulheres mais pobres em 1982 terem obtido os maiores crescimentos no salário real, elas contribuíram para a redução desta disparidade. Tal resultado se mostrou robusto mesmo após ser controlado por outras variáveis observadas.

Devido à disparidade nos efeitos de horas trabalhadas e do salário horário na distribuição de renda das mulheres casadas interdécimos, calculamos a renda mensal das mulheres por décimo e concluímos que o maior crescimento da renda mensal das mulheres dos décimos mais baixos (puxado pelo crescimento do salário horário), relativamente aos demais, contribuiu para redução da desigualdade de renda entre as mulheres casadas.

As diversas mudanças sofridas pelas mulheres no período – muitas delas captadas para as mulheres casadas no capítulo 2 – podem, potencialmente, ter provocado impacto sobre a evolução da desigualdade de renda. Assim, o capítulo 3 se concentrou no estudo destas influências através de um fator: o aumento da participação feminina. Esta elevação se refletiu de maneira importante nos índices de desigualdade da renda individual, sendo que o aumento da participação ajudou a reduzir, ou pelo menos a não aumentar ainda mais,

a desigualdade de renda. Por outro lado, este resultado se inverteu quando analisamos o impacto da alteração da atividade feminina sobre os indicadores de renda familiar. Ou seja, as mulheres teriam contribuído para *aumentar* a desigualdade da renda per capita. Este resultado é importante, pois salienta a necessidade de mais estudos que permitam uma melhor compreensão da inter-relação dos membros das famílias nas suas decisões de participação do mercado de trabalho e os resultados advindos desta decisão em termos de geração da renda familiar.

Outro ponto que devemos destacar é o forte crescimento da renda do trabalho das mulheres dos percentis mais baixos da distribuição de renda. O comportamento do índice de entropia GE(-1), mais sensível à variações de renda nos decis inferiores da distribuição, mostra que este fenômeno é um importante fator atuando para reduzir a desigualdade de renda no Brasil. Novamente, trabalhos futuros devem se concentrar na tentativa de explicar as causas deste fenômeno, bem como as implicações do mesmo em termos do bem-estar destas mulheres e de suas famílias.

Em suma podemos afirmar que a mudança das características das mulheres nos últimos vinte anos nos fornece um desafio de como traduzir aumento de participação feminina em aumento de emprego, geração e distribuição de renda. A elevação da escolarização feminina caminha neste sentido. Entretanto, este elemento parece-nos insuficiente para alterar o quadro de desemprego e de baixa parcela da renda apropriada pelas famílias mais pobres, pelo menos num curto espaço de tempo. O fato é que, por mais que as mulheres mais pobres tenham experimentado crescimento na renda, este é insuficiente para alterar o quadro perverso de desigualdade da renda familiar per capita brasileira.

Referências Bibliográficas

BARROS, R.; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: Henriques, R. (Org.) **Desigualdade e Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro: IPEA., 2000, p. 21-47.

BOURGUIGNON, F. Decomposable Income Inequality Measures. **Econometrica**, v. 47, n. 4, p.901-920, 1979

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; LEITE, P. Beyond Oaxaca-Blinder: Accounting for Differences in Household Income Distributions Across Countries, **Texto para Discussão PUC/RIO**, n. 452, 2002.

BLAU, F.; FERBER, M.; WINKLER, A. **The economics of women, men, and work**, 4 ed., Prentice Hall, Upper Saddle River, 2002

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 1996, v.1, pp. 483-516.

BURTLESS, G. Effects of growing wage disparities and changing family composition on the U.S. income distribution. **European Economic Review**, v.43, p. 853-865, 1999.

CALLAN, T.; NOLAN, B.; O'NEILL, D.; SWEETMAN, O. Female labour supply and income inequality in Ireland, **mimeo**, 1998.

CANCIAN, M.; REED, D. Assessing the effects of wives' earnings on family income inequality. **Review of Economics and Statistics**, v.80, n.1, p. 73-79, 1998.

FEI, J., RANIS, G.; KUO, S. Growth and the Family Distribution of Income by Factor Component. **Quarterly Journal of Economics**, fev, p. 17-54, 1978.

FERNANDES, R.; FELÍCIO, F. The Entry of Wives into the Labor Force as a Response to the Husband's Unemployment: A Study on the Metropolitan Brazil, *mimeo*, 2002.

FERREIRA, F.; BARROS, R.P. The Slippery Slope: Explaining the Increase in Extreme Poverty in Urban Brazil, 1976-1996. **Revista de Econometria**, v. 19, n. 2, p. 211-296, 1999

FERREIRA, F.; LITCHFIELD, J. Education or Inflation – The Micro and Macroeconomics of the Brazilian Income Distribution during 1981-1995. **Cuadernos de Economia**, v. 38, n. 114, p.209-238, 2001.

FORTIN, N.; LEMIEUX, T. “Are Women's Wage Gain Men's Losses? A Distributional Test. **American Economic Review**, v. 90, n. 2, p. 456-460, 2000.

FOURNIER, M. Inequality decomposition by factor component: a new approach illustrated on the Taiwanese case, *mimeo*, 1999.

GUERRA, V.S. Principais mudanças introduzidas nos conceitos e definições da PNAD para as pesquisas de 1992 em diante, *mimeo*, 1992.

JUHN, C.; MURPHY, K. Wage Inequality and Family Labor Supply. **Journal of Labor Economics**, v.15, n.1, p. 72-97, 1997.

KILLINGSWORTH, M.R.; HECKMAN, J. J. Female Labor Supply: A Survey. In: ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (Ed.). **Handbook of Labor Economics**, 1986, cap. 2, p. 102-204.

KON, A. Segmentação ocupacional brasileira segundo gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6. **Anais**. Belo Horizonte: ABET, 1999.

LITCHFIELD, J. Inequality: Methods and Tools. *mimeo*, 1999.

LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. **Texto para Discussão – IE/UNICAMP**, n.81, 1999.

MENEZES-FILHO, N. Educação e Desigualdade. In: Lisboa e Menezes-Filho (Org.) **Microeconomia e Sociedade**. Rio de Janeiro. Contra-Capa, 2001, p. 13-49.

MOOKHERJEE, D. e SHORROCKS, A. A decomposition analysis of the trend in UK income inequality. **Economic Journal**, v. 92, p. 886-902, 1982.

PAZELLO, E. Fecundidade e participação no mercado de trabalho: a diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET, 2003, São Paulo. **Anais do Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. 2003.

PORTELA SOUZA, A. e FERNANDES, R. A Redução do trabalho infantil e o aumento da frequência a escola: uma análise de decomposição para o Brasil nos anos 90. *mimeo*, 2003.

RAMOS, L.; SOARES, A. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.15, n.3, p. 84-96, 1995.

REED, D; CANCIAN, M. Sources of Inequality: Measuring the Contributions of Income Sources to Rising Family Income Inequality. **Review of Income and Wealth**, v.47, n.3, p. 321-333, 2001.

SEDLACEK, G. & SANTOS, E. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.21, n.3, p.449-470, 1991.

SCORZAFAVE , L.G. **A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.** 2001. 66f. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCORZAFAVE, L. e MENEZES-FILHO, N. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Texto para discussão IPE/USP**, setembro, 2000.

SHORROCKS, A. Inequality decomposition by factor components. **Econometrica**, v. 50, p. 193-212, 1982.

SHORROCKS, A. The class of additively decomposable inequality measures. **Econometrica**, v. 48, n. 3, p. 613-625, 1980.

SOARES, S.; IZAKI, R. A participação feminina no mercado de trabalho. **Texto para discussão IPEA**, n.923, dezembro, 2002.

SPLETZER, J.R. Reexamining the Added Worker Effect. **Economic Inquiry**, v.35, n.2, 1997.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, v.2, p. 2429-2454, 1998.

Anexo

Tabela A1 - Anos de Estudo das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	1,3	2,5	1,2	93%
2	1,6	3,1	1,5	90%
3	2,0	3,7	1,7	87%
4	2,4	4,1	1,7	71%
5	2,9	4,6	1,7	57%
6	3,4	5,4	2,0	59%
7	4,1	6,0	1,9	47%
8	4,8	7,1	2,3	48%
9	6,4	8,8	2,3	36%
10	9,7	11,1	1,4	14%

Tabela A2 - Número de Filhos das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	3,5	2,7	-0,8	-24%
2	3,5	2,5	-1,0	-29%
3	3,4	2,4	-1,0	-30%
4	3,3	2,3	-1,0	-29%
5	3,1	2,2	-0,9	-30%
6	3,0	2,1	-0,9	-31%
7	2,7	2,0	-0,7	-27%
8	2,6	1,9	-0,7	-27%
9	2,4	1,8	-0,6	-25%
10	2,1	1,7	-0,4	-18%

Tabela A3 - Carteira Assinada das Mulheres Casadas Empregadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	33,1	30,1	-3,0	-9,2%
2	30,3	30,1	-0,3	-0,8%
3	43,3	34,3	-9,1	-20,9%
4	53,9	43,3	-10,6	-19,7%
5	57,0	45,4	-11,7	-20,5%
6	61,8	45,0	-16,8	-27,1%
7	61,8	47,6	-14,2	-23,0%
8	62,8	49,0	-13,8	-21,9%
9	56,1	47,9	-8,2	-14,6%
10	61,8	49,5	-12,3	-20,0%
Total	54,6	43,7	-10,9	-19,9%

Tabela A4 – Posição na Ocupação das Mulheres Casadas – em porcentagem

	1982				1997				Não Rem.
	Empregador	Conta		Empregada		Empregador	Conta		
		Própria	Formal	Informal	Própria		Formal	Informal	
1	0,1	54,3	15,1	30,5	0,1	35,6	19,0	44,1	1,2
2	0,3	47,6	15,8	36,3	1,1	30,2	20,6	47,8	0,3
3	0,0	43,2	24,6	32,2	1,1	28,1	24,0	46,1	0,7
4	0,8	42,0	30,8	26,4	1,0	24,7	32,1	42,1	0,2
5	0,8	38,9	34,4	25,9	1,2	24,9	33,4	40,2	0,3
6	0,9	37,7	37,9	23,5	2,1	25,7	32,5	39,7	0,1
7	1,3	34,5	39,7	24,5	3,3	26,0	33,6	36,9	0,1
8	1,8	33,9	40,3	23,9	4,6	26,2	33,9	35,2	0,1
9	3,5	24,8	40,2	31,4	7,0	23,0	33,5	36,4	0,2
10	7,2	14,7	48,3	29,9	11,7	20,7	33,4	34,1	0,1
Total	1,9	36,0	33,9	28,2	3,9	25,8	30,6	39,4	0,3

Tabela A5 – Grupos de Ocupação das mulheres Casadas

1982	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
	Técnica	5,4	7,1	8,6	7,6	10,9	12,8	16,2	20,4	34,7	
Administrativa	0,6	1,1	1,9	3,5	5,3	7,5	10,5	15,6	25,6	35,1	11,7
Agropecuária	32,3	24,1	17,9	8,6	5,9	4,2	2,0	1,5	0,5	0,1	8,5
Ind. Transformação	21,7	20,0	19,8	22,9	21,5	22,3	23,1	22,1	13,5	3,8	18,7
Comércio	7,6	6,9	9,0	8,5	10,9	11,9	13,1	12,4	10,3	6,9	9,8
Transp. / Comunic.	0,0	0,1	0,0	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	1,1	0,3	0,5
Prest. Serviços	24,6	30,9	31,4	35,0	32,3	29,0	25,1	18,4	9,4	2,1	23,2
Outras	7,8	9,9	11,5	13,2	12,5	11,7	9,3	8,6	5,0	2,7	9,1
1997	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Técnica	9,2	9,4	9,4	8,8	10,8	12,9	15,0	20,4	28,5	40,0	18,1
Administrativa	2,1	2,6	4,4	6,8	7,0	9,1	14,6	20,3	26,8	34,7	14,8
Agropecuária	18,1	15,5	9,7	5,8	4,2	2,8	1,5	1,0	0,9	0,3	4,7
Ind. Transformação	12,3	12,5	12,4	13,2	14,3	14,5	15,2	11,9	9,9	4,6	11,8
Comércio	10,7	11,4	13,8	13,1	14,0	14,4	14,7	16,9	15,0	11,0	13,7
Transp. / Comunic.	0,2	0,5	0,4	0,9	0,7	0,9	0,6	1,0	1,3	0,9	0,8
Prest. Serviços	35,0	35,4	38,2	38,4	38,5	35,2	28,0	20,0	11,9	3,8	26,6
Outras	12,5	12,7	11,8	13,1	10,5	10,2	10,4	8,4	5,8	4,9	9,5

Tabela A6 - TPFT das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	0,347	0,473	0,126	36,3
2	0,345	0,448	0,104	30,1
3	0,333	0,510	0,177	53,1
4	0,351	0,508	0,157	44,6
5	0,343	0,496	0,153	44,7
6	0,347	0,503	0,156	45,1
7	0,336	0,497	0,161	47,9
8	0,322	0,499	0,177	55,1
9	0,316	0,506	0,190	60,1
10	0,374	0,560	0,186	49,8
Total	0,341	0,502	0,161	47,2

Tabela A7 - Taxa de Desemprego das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	2,4	6,4	3,9	163,0
2	2,6	6,9	4,2	162,7
3	3,9	7,6	3,7	95,6
4	3,3	7,6	4,3	133,5
5	3,6	7,8	4,2	115,3
6	3,6	8,6	5,0	140,3
7	4,4	8,6	4,2	97,5
8	4,2	7,5	3,2	75,9
9	2,9	6,6	3,6	123,5
10	3,0	4,9	1,9	63,6
Total	3,4	7,2	3,8	111,8

Tabela A8 - Horas Trabalhadas das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	36,9	34,0	-2,9	-7,8
2	36,3	36,1	-0,2	-0,6
3	36,6	36,2	-0,4	-1,1
4	36,7	36,6	-0,1	-0,3
5	37,4	36,9	-0,6	-1,5
6	37,6	36,7	-0,9	-2,3
7	37,2	37,6	0,4	1,1
8	36,6	37,8	1,1	3,1
9	35,4	37,6	2,2	6,2
10	33,2	36,0	2,8	8,4
Total				

Tabela A9 - Salário Real Horário das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	0,61	1,09	0,48	79,5
2	0,75	1,27	0,52	69,5
3	0,91	1,33	0,41	45,5
4	1,10	1,51	0,41	37,7
5	1,35	1,76	0,41	30,5
6	1,56	2,13	0,57	36,2
7	1,99	2,63	0,64	32,1
8	2,60	3,26	0,66	25,5
9	4,04	4,75	0,71	17,5
10	7,88	9,70	1,81	23,0
Total	2,48	3,4	0,88	35,3

Tabela A10 - Renda Mensal das Mulheres Casadas

Decil	1982	1997	var. absoluta	var. relativa
1	84,51	124,78	40,28	47,7
2	99,21	144,25	45,05	45,4
3	125,15	165,49	40,33	32,2
4	152,31	196,50	44,19	29,0
5	190,28	221,51	31,23	16,4
6	217,23	280,88	63,64	29,3
7	269,91	335,42	65,51	24,3
8	348,92	457,42	108,50	31,1
9	528,77	653,05	124,28	23,5
10	970,04	1228,74	258,70	26,7
Total	323,80	436,43	112,64	34,8

Tabela A 11 – TPFT e Décimos: regressões – 1982 - 1997

	1982			1997		
	Efeito Marginal	Coefficiente	Desvio- Padrão	Efeito Marginal	Coefficiente	Desvio- Padrão
Educação	0,036	0,099	4,2E-05	0,032	0,081	3,2E-05
Décimo 1	0,309	0,799	7,0E-04	0,191	0,494	5,4E-04
Décimo 2	0,290	0,751	6,8E-04	0,145	0,370	5,2E-04
Décimo 3	0,264	0,684	6,8E-04	0,184	0,474	4,9E-04
Décimo 4	0,264	0,683	6,6E-04	0,163	0,419	4,9E-04
Décimo 5	0,239	0,618	6,6E-04	0,142	0,363	4,9E-04
Décimo 6	0,222	0,576	6,5E-04	0,123	0,313	4,8E-04
Décimo 7	0,184	0,480	6,4E-04	0,100	0,252	4,8E-04
Décimo 8	0,138	0,363	6,2E-04	0,066	0,167	4,7E-04
Décimo 9	0,062	0,167	5,9E-04	0,022	0,056	4,7E-04
Idade	0,048	0,133	1,2E-04	0,056	0,140	9,9E-05
Idade ²	-0,001	-0,002	1,4E-06	-0,001	-0,002	1,2E-06
Nº de Filhos	-0,010	-0,026	6,2E-05	-0,014	-0,034	7,7E-05
Norte	0,063	0,167	8,6E-04	0,088	0,223	5,9E-04
Nordeste	0,041	0,112	3,2E-04	0,065	0,162	2,8E-04
Centro-Oeste	-0,032	-0,091	5,1E-04	0,012	0,030	4,2E-04
Sul	0,085	0,228	3,5E-04	0,102	0,257	3,0E-04
Constante		-3,828			-3,365	
Pseudo-R ²		0,057			0,063	

OBS 1: Todos os coeficientes foram significativos a 1%.

Tabela A 12 – Taxa de Desemprego e Décimos: regressões – 1982 - 1997

	1982			1997		
	Efeito Marginal	Coefficiente	Desvio- Padrão	Efeito Marginal	Coefficiente	Desvio- Padrão
Anos de Estudo	-1,4E-04	-0,002	3,2E-04	-0,003	-0,024	1,7E-04
Décimo 1	0,006	0,084	0,006	0,007	0,052	0,003
Décimo 2	0,005	0,073	0,006	0,006	0,047	0,003
Décimo 3	0,021	0,260	0,006	0,017	0,124	0,003
Décimo 4	0,010	0,138	0,005	0,014	0,104	0,003
Décimo 5	0,013	0,167	0,005	0,020	0,142	0,003
Décimo 6	0,011	0,150	0,005	0,025	0,178	0,003
Décimo 7	0,016	0,209	0,005	0,027	0,192	0,003
Décimo 8	0,017	0,213	0,005	0,018	0,130	0,003
Décimo 9	0,001	0,019	0,005	0,012	0,086	0,003
Idade	-0,005	-0,072	0,001	-0,001	-0,006	0,001
Idade ²	3,8E-05	0,001	1,5E-05	0,000	-2,9E-04	8,2E-06
Nº de Filhos	-1,7E-04	-0,003	0,001	-0,003	-0,026	4,3E-04
Norte	-0,011	-0,192	0,007	0,010	0,077	0,003
Nordeste	-0,017	-0,300	0,003	-0,015	-0,127	0,002
Centro-Oeste	-0,002	-0,023	0,004	-0,003	-0,021	0,002
Sul	-0,013	-0,229	0,003	-0,014	-0,117	0,002
Constante	---	-0,005	0,022	---	-0,667	0,012
Pseudo-R ²		0,043			0,034	

OBS 1: Todos os coeficientes significativos a 1%, exceto a constante em 1982 (não significativa a 10%).

Tabela A 13 – Horas Trabalhadas e Décimos: regressões – 1982 e 1997

	1982		1997	
	Coefficiente	Desvio Padrão	Coefficiente	Desvio Padrão
Anos de Estudo	-0,06	0,002	0,09	0,002
Decil 1	3,09	0,034	1,35	0,024
Decil 2	2,52	0,033	2,72	0,023
Decil 3	2,46	0,032	2,28	0,021
Decil 4	2,42	0,031	1,77	0,021
Decil 5	3,02	0,031	1,81	0,021
Decil 6	3,03	0,030	1,19	0,020
Decil 7	2,61	0,029	1,85	0,020
Decil 8	2,28	0,029	1,70	0,019
Decil 9	1,63	0,028	1,41	0,018
Idade	0,74	0,006	0,75	0,004
Idade ²	-0,01	7,6E-05	-0,01	5,5E-05
Nº de Filhos	-0,36	0,003	-0,51	0,003
Norte	2,36	0,040	2,88	0,024
Nordeste	-2,05	0,017	-2,36	0,012
Centro-Oeste	1,10	0,028	0,82	0,018
Sul	2,32	0,017	1,66	0,012
Empregado	5,30	0,017	0,66	0,013
Carteira	5,18	0,018	4,83	0,012
Ocup. Técnica	-4,40	0,031	-3,27	0,021
Administrativa	3,50	0,033	4,78	0,021
Agropecuária	8,37	0,029	2,19	0,022
Ind. Transform.	2,62	0,028	1,03	0,021
Comércio	8,61	0,031	6,44	0,021
Transportes	-1,42	0,093	1,57	0,055
Prest. Serviços	2,09	0,027	0,66	0,018
Outras	-----		-----	
Constante	12,98	0,126	17,51	0,091
R ²		0,116		0,077

OBS 1: Todos os coeficientes significativos a 1%.

Tabela A 14 – Salário Horário e Décimos: regressões – 1982 e 1997

	1982		1997	
	Coefficiente	Desvio Padrão	Coefficiente	Desvio Padrão
Anos de Estudo	0,264	0,001	0,299	0,001
Decil 1	-3,863	0,010	-5,001	0,013
Decil 2	-3,821	0,010	-4,941	0,012
Decil 3	-3,890	0,010	-5,136	0,011
Decil 4	-3,886	0,009	-5,131	0,011
Decil 5	-3,810	0,009	-5,080	0,010
Decil 6	-3,820	0,009	-5,074	0,010
Decil 7	-3,666	0,008	-4,886	0,010
Decil 8	-3,451	0,008	-4,754	0,009
Decil 9	-2,823	0,008	-3,934	0,009
Idade	0,135	0,002	0,181	0,002
Idade²	-0,001	2,3E-05	-0,002	2,9E-05
Nº de Filhos	0,003	0,001	-0,002*	0,002
Norte	-0,234	0,011	-0,486	0,012
Nordeste	-0,545	0,005	-0,934	0,006
Centro-Oeste	-0,171	0,008	-0,160	0,009
Sul	-0,270	0,005	-0,285	0,006
Empregado	-0,562	0,005	-1,615	0,006
Carteira	0,444	0,005	0,033	0,006
Ocup. Técnica	0,207	0,026	1,439	0,026
Administrativa	0,216	0,026	0,581	0,026
Agropecuária	-0,135	0,026	-0,041*	0,028
Ind. Transform.	-0,782	0,026	-0,974	0,026
Comércio	-0,398	0,026	-0,723	0,026
Transportes	---		---	
Prest. Serviços	-0,562	0,026	0,198	0,026
Outras	-0,462	0,026	0,309	0,026
Constante	1,923	0,045	2,322	0,053
R²	0,303		0,179	

OBS: Todos os coeficientes são estatisticamente significativos a 1%, exceto os assinalados com *.

Tabela A15 - Grupos e subgrupos Ocupacionais - PNAD

TÉCNICA, CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E ASSEMELHADA

- Engenheiros, arquitetos e especialistas assemelhados
- Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura
- Químicos, farmacêuticos, físicos e especialistas assemelhados
- Ocupações auxiliares da química, farmácia e física
- Agrônomos, biólogos, veterinários e especialistas assemelhados
- Médicos, dentistas e especialistas assemelhados
- Ocupações auxiliares da medicina e odontologia
- Matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas
- Economistas, contadores e técnicos de administração
- Ocupações auxiliares da contabilidade, estatística e análise de sistemas
- Cientistas sociais
- Professores
- Ocupações auxiliares do ensino
- Magistrados, advogados e especialistas assemelhados
- Ocupações auxiliares da justiça
- Religiosos
- Escritores e jornalistas
- Artistas, ocupações afins e auxiliares
- Outras ocupações técnicas, científicas e assemelhadas

ADMINISTRATIVA

- Empregadores
- Diretores e chefes na administração pública
- Administradores e gerentes de empresas
- Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
- Funções burocráticas ou de escritório

AGROPECUÁRIA E PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL

- Trabalhadores da agropecuária e aquicultura
- Caçadores e pescadores
- Trabalhadores florestais

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

- Ocupações do transporte aéreo
- Ocupações dos transportes marítimo, fluvial e lacustre
- Ocupações dos serviços portuários
- Ocupações dos transportes ferroviários
- Ocupações dos transportes rodoviário e animal
- Outras ocupações dos transportes
- Ocupações das comunicações

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL

- Mestres, contramestres e técnicos de indústrias de transformação e construção civil
- Ocupações das indústrias mecânicas e metalúrgicas
- Ocupações da indústria têxtil
- Ocupações da indústria do couro
- Ocupações da indústria do vestuário
- Ocupações das indústrias de madeira e móveis
- Eletricistas
- Ocupações da indústria da construção civil
- Trabalhadores na conservação de rodovias
- Ocupações das indústrias de alimentação e bebidas
- Ocupações da indústria gráfica
- Ocupações das indústrias de cerâmica e vidro
- Outras ocupações das indústrias de transformação

COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES

- Lojistas
- Vendedores ambulantes
- Vendedores de jornais e revistas
- Viajantes, representantes e praticistas
- Outras ocupações do comércio

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- Ocupações domésticas remuneradas
- Ocupações dos serviços de alojamento e alimentação
- Ocupações dos serviços de higiene pessoal

OUTRA OCUPAÇÃO, OCUPAÇÃO MAL DEFINIDA OU NÃO DECLARADA

- Mineiros
 - Canteiros e marroeiros
 - Operadores de máquinas de extração e beneficiamento de minérios e pedras
 - Trabalhadores de extração de petróleo e gás
 - Garimpeiros
 - Salineiros
 - Sondadores de poços (exclusivo de petróleo e gás)
 - Atletas profissionais e funções afins
 - Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes
 - Proprietários nos serviços, conta-própria, não classificados anteriormente
 - Ocupações da defesa nacional e segurança pública
 - Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas
-